

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022	7
DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021	8
Demonstração de Valor Adicionado	9

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
Balanço Patrimonial Passivo	11
Demonstração do Resultado	13
Demonstração do Resultado Abrangente	14
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	15

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022	16
DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021	17
Demonstração de Valor Adicionado	18

Comentário do Desempenho	19
--------------------------	----

Notas Explicativas	23
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	79
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	82
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	83

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidade)	Trimestre Atual 31/03/2022
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	492.106.495
Preferenciais	0
Total	492.106.495
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
1	Ativo Total	4.373.630	3.882.921
1.01	Ativo Circulante	287.533	63.349
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	226.736	61.258
1.01.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	226.736	61.258
1.01.02	Aplicações Financeiras	58.661	0
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	58.661	0
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.108	3
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.108	3
1.01.06.01.01	Imposto de renda e contribuição social a recuperar	1.108	3
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.028	2.088
1.01.08.03	Outros	1.028	2.088
1.01.08.03.03	Outros Créditos	1.028	2.088
1.02	Ativo Não Circulante	4.086.097	3.819.572
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.056	1.056
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	1.056	1.056
1.02.01.10.05	Outros Créditos	1.056	1.056
1.02.02	Investimentos	4.085.041	3.818.516
1.02.02.01	Participações Societárias	4.085.041	3.818.516
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	4.085.041	3.818.516

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2	Passivo Total	4.373.630	3.882.921
2.01	Passivo Circulante	14.673	659.846
2.01.02	Fornecedores	1.569	2.904
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.569	2.904
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.003	242
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.003	242
2.01.03.01.02	Tributos a Pagar	1.003	242
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	5.895	650.116
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	5.895	650.116
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	5.895	650.116
2.01.05	Outras Obrigações	6.206	6.584
2.01.05.02	Outros	6.206	6.584
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	157	157
2.01.05.02.05	Obrigações de aquisições	4.509	4.395
2.01.05.02.06	Outras Obrigações	1.540	2.032
2.02	Passivo Não Circulante	1.095.016	0
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.095.011	0
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.095.011	0
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.095.011	0
2.02.02	Outras Obrigações	5	0
2.02.02.02	Outros	5	0
2.02.02.02.07	Obrigações de Aquisições e Outras Obrigações	5	0
2.03	Patrimônio Líquido	3.263.941	3.223.075
2.03.01	Capital Social Realizado	2.116.001	2.116.001
2.03.02	Reservas de Capital	321.724	321.469
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	377.602	377.602
2.03.02.04	Opções Outorgadas	727	472
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-18.230	-18.230
2.03.02.07	Transação de capital sobre compra de ações da AES Brasil Operações S.A.	-38.375	-38.375
2.03.04	Reservas de Lucros	939.168	939.168
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	20.801	20.801
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	74.671	74.671
2.03.04.10	Reserva de Investimentos	843.696	843.696
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	50.819	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-163.771	-153.563
2.03.08.01	Ajuste de avaliação patrimonial, líquido de impostos	-55.485	-41.741
2.03.08.02	Incorporação de ações da AES Tietê	-119.824	-119.824
2.03.08.03	Equivalência patrimonial sobre hedge de fluxo de caixa de controladas	8.895	5.359
2.03.08.04	Efeito reflexo sobre remensuração da obrigação com PIA	-891	-891
2.03.08.05	Efeito reflexo sobre remensuração da obrigação com previdência privada	3.534	3.534

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	57.097	0
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-4.637	-119
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	0	-119
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	-390	119
3.04.04.01	Outras Receitas Operacionais	0	119
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	62.124	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	57.097	0
3.06	Resultado Financeiro	-20.022	0
3.06.01	Receitas Financeiras	4.681	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-24.703	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	37.075	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	37.075	0
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	37.075	0
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação	0,07534	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
4.01	Lucro Líquido do Período	37.075	0
4.02.09	Hedge de fluxo de caixa	5.357	0
4.02.10	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-1.821	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	40.611	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-76.270	-116
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-59.305	0
6.01.01.01	Lucro líquido do período	37.075	0
6.01.01.03	Variação monetária e cambial	114	0
6.01.01.07	Custo de empréstimos (encargos de dívidas), líquido de juros capitalizados	24.583	0
6.01.01.09	Receita aplicação financeira em investimento curto prazo	-1.214	0
6.01.01.11	Resultado de equivalência patrimonial	-62.124	0
6.01.01.12	(Aplicações) resgates em investimentos de curto prazo	-57.739	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-834	3
6.01.03	Outros	-16.131	-119
6.01.03.01	Pagamento de juros (encargos de dívidas) - líquido de juros capitalizados	-16.156	0
6.01.03.05	Juros resgatados de investimentos de curto prazo	25	0
6.01.03.06	Pagamento de serviços de terceiros	0	-119
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-200.615	0
6.02.01	Adiantamento para futuro aumento de capital em controlada	-200.000	0
6.02.03	Aumento de capital em controladas e controladas em conjunto	-615	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	442.363	119
6.03.01	Ingressos de novos empréstimos e debêntures	1.100.000	0
6.03.02	Pagamento de empréstimos e debêntures (principal)	-650.000	0
6.03.03	Recebimento de recursos	0	119
6.03.07	Custo de empréstimos e debêntures (custos de transação e prêmios)	-7.637	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	165.478	3
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	61.258	1
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	226.736	4

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.116.001	321.469	939.168	0	-153.563	3.223.075
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.116.001	321.469	939.168	0	-153.563	3.223.075
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	255	0	0	0	255
5.04.08	Remuneração com base em ações	0	255	0	0	0	255
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	37.075	3.536	40.611
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	37.075	0	37.075
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	3.536	3.536
5.05.02.06	Efeito reflexo de hedge de fluxo de caixa de controlada	0	0	0	0	5.357	5.357
5.05.02.07	Efeito reflexo sobre Imposto de renda e contribuição social diferidos	0	0	0	0	-1.821	-1.821
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	13.744	-13.744	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	20.824	-20.824	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-7.080	7.080	0
5.07	Saldos Finais	2.116.001	321.724	939.168	50.819	-163.771	3.263.941

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1	0	0	0	0	1
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1	0	0	0	0	1
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	1.000.000	377.602	615.211	0	-119.824	1.872.989
5.06.04	Incorporação de Ações da AES Tietê Energia	1.000.000	377.602	615.211	0	-119.824	1.872.989
5.07	Saldos Finais	1.000.001	377.602	615.211	0	-119.824	1.872.990

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.469	0
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.077	0
7.02.04	Outros	-392	0
7.02.04.02	Outros Custos Operacionais	-392	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	-1.469	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-1.469	0
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	67.033	0
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	62.124	0
7.06.02	Receitas Financeiras	4.909	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	65.564	0
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	65.564	0
7.08.01	Pessoal	2.956	0
7.08.01.01	Remuneração Direta	1.851	0
7.08.01.02	Benefícios	1.113	0
7.08.01.03	F.G.T.S.	-8	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	830	0
7.08.02.01	Federais	830	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	24.703	0
7.08.03.01	Juros	24.703	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	37.075	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	37.075	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
1	Ativo Total	12.666.272	11.846.050
1.01	Ativo Circulante	2.842.864	2.339.878
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	305.345	657.043
1.01.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	305.345	657.043
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.920.063	1.055.269
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	1.920.063	1.055.269
1.01.03	Contas a Receber	299.197	364.501
1.01.03.01	Clientes	299.197	364.501
1.01.03.01.01	Contas a receber de clientes	299.197	364.501
1.01.06	Tributos a Recuperar	86.074	74.455
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	86.074	74.455
1.01.06.01.01	Imposto de renda e contribuição social a recuperar	84.513	73.052
1.01.06.01.02	Outros tributos a recuperar	1.561	1.403
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	232.185	188.610
1.01.08.03	Outros	232.185	188.610
1.01.08.03.01	Cauções e Depósitos Vinculados	60.956	60.293
1.01.08.03.02	Instrumentos financeiros derivativos	0	3.547
1.01.08.03.03	Outros Créditos	148.923	103.698
1.01.08.03.04	Conta de ressarcimento	22.306	21.072
1.02	Ativo Não Circulante	9.823.408	9.506.172
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	389.155	337.952
1.02.01.07	Tributos Diferidos	121.376	112.360
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	121.376	112.360
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	267.779	225.592
1.02.01.10.03	Cauções e Depósitos Vinculados	226.052	187.546
1.02.01.10.05	Outros Créditos	30.150	26.349
1.02.01.10.06	Conta de ressarcimento	11.577	11.697
1.02.02	Investimentos	85.611	87.491
1.02.02.01	Participações Societárias	85.611	87.491
1.02.03	Imobilizado	7.635.594	7.343.248
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	6.198.593	6.283.911
1.02.03.01.01	Imobilizado em Serviço	6.196.494	6.281.812
1.02.03.01.02	Imóveis Destinados a Uso Futuro	2.099	2.099
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	104.441	94.571
1.02.03.02.01	Direito de Uso de Terreno Arrendado	97.615	87.461
1.02.03.02.02	Direito de Uso de Edificações Arrendadas	6.826	7.110
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	1.332.560	964.766
1.02.04	Intangível	1.713.048	1.737.481
1.02.04.01	Intangíveis	1.713.048	1.737.481
1.02.04.01.02	Uso do Bem Público	21.599	22.121
1.02.04.01.03	Intangível Gerado na Aquisição de Investimentos	741.510	747.775
1.02.04.01.04	Extensão de concessão	877.189	898.322
1.02.04.01.05	Software e Outros Intangíveis	72.750	69.263

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2	Passivo Total	12.666.272	11.846.050
2.01	Passivo Circulante	975.944	1.813.566
2.01.02	Fornecedores	209.373	361.332
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	209.373	361.332
2.01.03	Obrigações Fiscais	51.134	89.558
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	51.134	89.558
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	22.957	48.608
2.01.03.01.02	Tributos a Pagar	28.177	40.950
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	264.556	936.382
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	58.911	711.636
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	58.911	708.000
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	0	3.636
2.01.04.02	Debêntures	205.645	224.746
2.01.05	Outras Obrigações	428.871	404.045
2.01.05.02	Outros	428.871	404.045
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.227	1.227
2.01.05.02.04	Encargos Setoriais	20.095	14.426
2.01.05.02.05	Obrigações de aquisições	115.972	112.261
2.01.05.02.06	Outras Obrigações	42.471	43.919
2.01.05.02.07	Conta de ressarcimento	249.106	218.758
2.01.05.02.08	Instrumentos financeiros derivativos	0	13.454
2.01.06	Provisões	22.010	22.249
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	22.010	22.249
2.01.06.01.05	Provisões para Processos Judiciais e Outros	22.010	22.249
2.02	Passivo Não Circulante	7.177.847	5.998.248
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	6.194.675	5.280.139
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.656.358	1.899.283
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	448.893	459.949
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.207.465	1.439.334
2.02.01.02	Debêntures	4.538.317	3.380.856
2.02.02	Outras Obrigações	908.106	642.329
2.02.02.02	Outros	908.106	642.329
2.02.02.02.03	Instrumentos financeiros derivativos	262.442	35.930
2.02.02.02.04	Passivo de Arrendamento	111.245	102.178
2.02.02.02.05	Obrigações com benefícios Pós-Emprego	136.878	133.836
2.02.02.02.06	Encargos Setoriais	5.381	6.086
2.02.02.02.07	Outras obrigações	120.492	128.968
2.02.02.02.08	Conta de ressarcimento	102.587	69.388
2.02.02.02.09	Obrigações de aquisições	169.081	165.943
2.02.03	Tributos Diferidos	4.772	8.632
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	4.772	8.632
2.02.04	Provisões	70.294	67.148
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	70.294	67.148
2.02.04.01.05	Provisões para Processos Judiciais e Outros	70.294	67.148
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	4.512.481	4.034.236
2.03.01	Capital Social Realizado	2.116.001	2.116.001

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2.03.02	Reservas de Capital	321.724	321.469
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	377.602	377.602
2.03.02.04	Opções Outorgadas	727	472
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-18.230	-18.230
2.03.02.07	Transação de capital sobre compra de ações da AES Brasil Operações S.A.	-38.375	-38.375
2.03.04	Reservas de Lucros	939.168	939.168
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	20.801	20.801
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	74.671	74.671
2.03.04.10	Reserva de Investimentos	843.696	843.696
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	50.819	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-163.771	-153.563
2.03.08.01	Ajuste de avaliação patrimonial, líquido de impostos	-55.485	-41.741
2.03.08.02	Incorporação de ações da AES Tietê	-119.824	-119.824
2.03.08.03	Equivalência patrimonial sobre hedge de fluxo de caixa de controladas	8.895	5.359
2.03.08.04	Efeito reflexo sobre remensuração da obrigação com PIA	-891	-891
2.03.08.05	Efeito reflexo sobre remensuração da obrigação com previdência privada	3.534	3.534
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	1.248.540	811.161

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	676.820	0
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-449.679	0
3.03	Resultado Bruto	227.141	0
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-53.990	0
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-50.919	0
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	-1.191	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-1.880	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	173.151	0
3.06	Resultado Financeiro	-94.959	0
3.06.01	Receitas Financeiras	81.930	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-176.889	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	78.192	0
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-7.269	0
3.08.01	Corrente	-21.970	0
3.08.02	Diferido	14.701	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	70.923	0
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	70.923	0
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	37.075	0
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	33.848	0
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação	0,07534	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	70.923	0
4.02.08	Equivalência patrimonial sobre hedge de fluxo de caixa de controlada	71	0
4.02.09	Hedge de fluxo de caixa	5.357	0
4.02.10	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-1.821	0
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	74.530	0
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	40.611	0
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	33.919	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-752.818	-116
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-607.988	0
6.01.01.01	Lucro líquido do período	70.923	0
6.01.01.02	Depreciação e amortização	126.741	0
6.01.01.03	Variação monetária e cambial	4.524	0
6.01.01.04	Provisão (reversão) para processos judiciais e outros	-47	0
6.01.01.05	Marcação a mercado de derivativos	-15.934	0
6.01.01.06	Provisão para obrigações com entidade de previdência privada	3.042	0
6.01.01.07	Custo de empréstimos (encargos de dívidas), líquido de juros capitalizados	104.303	0
6.01.01.08	Juros sobre passivo de arrendamento	2.197	0
6.01.01.09	Receita aplicação financeira em investimento curto prazo	-42.553	0
6.01.01.10	Baixa de bens do ativo	-770	0
6.01.01.11	Resultado de equivalência patrimonial	1.880	0
6.01.01.12	(Aplicações) resgates em investimentos de curto prazo	-847.852	0
6.01.01.13	Tributos e contribuições sociais diferidos	-14.697	0
6.01.01.14	Ações e opções de ações outorgadas	255	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-41.620	3
6.01.03	Outros	-103.210	-119
6.01.03.01	Pagamento de juros (encargos de dívidas) - líquido de juros capitalizados	-57.862	0
6.01.03.02	Pagamento de juros sobre passivo de arrendamento	-2.197	0
6.01.03.03	Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-63.608	0
6.01.03.04	Pagamento de processos judiciais e outros	-243	0
6.01.03.05	Juros resgatados de investimentos de curto prazo	20.700	0
6.01.03.06	Pagamento de serviços de terceiros	0	-119
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-428.580	790.994
6.02.02	Aquisições de ativo imobilizado e intangível	-390.980	0
6.02.04	Liquidação de instrumento derivativo	-3.953	0
6.02.05	(Aplicações) resgates de cauções e depósitos vinculados	-33.647	0
6.02.06	Caixa advindo de incorporação de controlada	0	790.994
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	829.700	119
6.03.01	Ingressos de novos empréstimos e debêntures	1.100.000	0
6.03.02	Pagamento de empréstimos e debêntures (principal)	-661.870	0
6.03.03	Recebimento de recursos	0	119
6.03.04	Aumento de capital	239.751	0
6.03.05	Reservas de capital	163.709	0
6.03.06	Pagamento de passivo de arrendamento (principal)	-1.899	0
6.03.07	Custo de empréstimos e debêntures (custos de transação e prêmios)	-9.991	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-351.698	790.997
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	657.043	1
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	305.345	790.998

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.116.001	321.469	939.168	0	-153.563	3.223.075	811.161	4.034.236
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.116.001	321.469	939.168	0	-153.563	3.223.075	811.161	4.034.236
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	255	0	0	0	255	403.460	403.715
5.04.08	Remuneração com base em ações	0	255	0	0	0	255	0	255
5.04.09	Reservas de capital	0	0	0	0	0	0	163.709	163.709
5.04.10	Aumento de capital	0	0	0	0	0	0	239.751	239.751
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	37.075	3.536	40.611	33.919	74.530
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	37.075	0	37.075	33.848	70.923
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	3.536	3.536	71	3.607
5.05.02.06	Efeito reflexo de hedge de fluxo de caixa de controlada	0	0	0	0	5.357	5.357	71	5.428
5.05.02.07	Efeito reflexo sobre Imposto de renda e contribuição social diferidos	0	0	0	0	-1.821	-1.821	0	-1.821
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	13.744	-13.744	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	20.824	-20.824	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-7.080	7.080	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.116.001	321.724	939.168	50.819	-163.771	3.263.941	1.248.540	4.512.481

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1	0	0	0	0	1	0	1
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1	0	0	0	0	1	0	1
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	1.000.000	377.602	615.211	0	-119.824	1.872.989	0	1.872.989
5.06.04	Efetos de Reorganização Societária	1.000.000	377.602	615.211	0	-119.824	1.872.989	0	1.872.989
5.07	Saldos Finais	1.000.001	377.602	615.211	0	-119.824	1.872.990	0	1.872.990

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
7.01	Receitas	1.215.311	0
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	770.438	0
7.01.02	Outras Receitas	1.419	0
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	443.454	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-804.546	0
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-273.268	0
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-485.196	0
7.02.04	Outros	-46.082	0
7.02.04.02	Outros Custos Operacionais	-46.082	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	410.765	0
7.04	Retenções	-142.645	0
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-142.645	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	268.120	0
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	82.245	0
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-1.880	0
7.06.02	Receitas Financeiras	84.125	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	350.365	0
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	350.365	0
7.08.01	Pessoal	38.362	0
7.08.01.01	Remuneração Direta	31.066	0
7.08.01.02	Benefícios	4.548	0
7.08.01.03	F.G.T.S.	925	0
7.08.01.04	Outros	1.823	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	88.544	0
7.08.02.01	Federais	77.526	0
7.08.02.02	Estaduais	10.939	0
7.08.02.03	Municipais	79	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	152.536	0
7.08.03.01	Juros	151.801	0
7.08.03.02	Aluguéis	735	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	70.923	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	37.075	0
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	33.848	0

Comentário do Desempenho

1. Perfil

A AES Brasil Energia S.A., é uma Companhia de capital aberto, tem por objetivo principal exercer o controle de sociedades que atuam majoritariamente nos setores de geração de energia elétrica.

A Companhia e suas controladas tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), vinculada ao Ministério de Minas e Energia ("MME"). Atualmente, a AES Brasil conta com um portfólio de ativos renováveis com uma capacidade instalada total de 3,7 GW, sendo 2.658,3 MW hídrico, 731,6 MW eólico e 295,1 MW solar. Além disso, a Companhia possui em construção 915 MW de novos parque eólicos, e também possui em desenvolvimento até 3 GW de capacidade instalada de novos projetos renováveis.

Fonte Hídrica

O portfólio hidráulico da AES Operações é composto por nove usinas hidráulicas ("UHEs") e três pequenas centrais hidrelétricas ("PCHs").

Fonte Eólica

Em 03 de agosto de 2017, a AES Operações, controlada direta, concluiu a aquisição do Complexo Eólico Alto Sertão II, o primeiro ativo eólico do portfólio da AES Operações, controlada direta. Em novembro e dezembro de 2019, a Companhia anunciou a realização de dois contratos de compra e venda de energia, que serão supridos pelo Complexo Eólico Tucano, cujas obras foram iniciadas em fevereiro de 2021.

Em 02 de dezembro de 2020, a AES Operações, controlada direta, concluiu a aquisição do Complexo Eólico Ventus, ativo operacional localizado no Rio Grande do Norte que adiciona 187,0 MW ao portfólio da Companhia.

Em 30 de abril de 2021, a AES Operações, controlada direta concluiu a aquisição dos Complexos Eólicos MS e Santos. Os complexos estão localizados nos estados do Rio Grande do Norte e Ceará, costa da região Nordeste, e encontram-se em operação desde 2013. Possui 158,5 MW de capacidade instalada, 100% contratado no mercado regulado (LER 2009 e LEN 2011) e comercializado por leilões de reserva e de energia nova por 20 anos.

Em 24 de maio de 2021, a AES Operações concluiu a aquisição da totalidade das ações representativas do capital social de 15 sociedades de propósito específico que compõem a primeira fase do Complexo Eólico Cajuína, chamada Santa Tereza, com capacidade instalada de 588 MW, localizado no Rio Grande do Norte.

Em 19 de julho de 2021, após o cumprimento de condições precedentes previstas em SPA, a controlada indireta Tucano Holding I concluiu a aquisição da totalidade das ações representativas do capital social de 7 SPEs que compõem o projeto do Complexo Eólico Serra Verde, com capacidade instalada de 279,3 MW pelo valor total de R\$93.050. O projeto, localizado nos municípios de Bodó, Cerro Corá, Santana do Matos e Fernando Pedroza no Rio Grande do Norte e fator de capacidade acima da média dos parques eólicos onshore do Brasil.

Em 30 de julho de 2021, a controlada direta Tucano Holding I concluiu a aquisição da totalidade das ações representativas do capital social de 14 SPEs com capacidade instalada de 632,4 MW, localizadas também no Rio Grande do Norte, que compõem a segunda fase projeto Cajuína, chamada São Ricardo, pelo valor total de R\$ 124.202.

Os três complexos eólicos anteriormente mencionados Complexo Eólico Santa Tereza, Serra Verde e São Ricardo compõem o denominado pela empresa Complexo Eólico Cajuína.

Além disso, o grupo AES Brasil possui aproximadamente 1,3 GW de pipeline de projetos eólicos prontos para venda, incluindo 260,4 MW do Complexo Eólico Tucano e o acordo de compra de aproximadamente 1,0 GW remanescente do projeto greenfield eólico no Rio Grande do Norte – Complexo Eólico Cajuína – assinado em março de 2020.

Fonte Solar

Em 2017, por meio da aquisição da Fase 1 e comercialização da Fase 2 em leilão, a AES Brasil adicionou o Complexo Solar Ouroeste ao seu portfólio de ativos. O complexo teve entrada em operação comercial faseada, sendo que a primeira delas iniciou operação comercial em 14 de agosto de 2019 e a segunda iniciou sua operação comercial em 29 de novembro do mesmo ano.

Comentário do Desempenho

Em 3 de setembro de 2018, a AES Brasil concluiu a aquisição do Complexo Solar Guaimbê, que passou a contribuir para o resultado da Companhia a partir do mesmo mês.

Em 11 de junho de 2021, foi executada a venda da plataforma de geração distribuída solar do grupo AES Brasil, com a consequente alienação de 100% das quotas da controladas indiretas AES Tietê Inova, AES Tietê Inova I e AES Tietê Inova II para uma subsidiária da EDP Energias do Brasil.

Além disso, foi adquirido um *pipeline* de 378,0 MW de capacidade instalada em estágio avançado de desenvolvimento (Projeto Solar Arinos), a ser contratado em um momento em que as condições de mercado se mostrem favoráveis.

1.1 Desempenho econômico-financeiro

Em milhares de reais	1T22
Receita operacional bruta	771.857
Deduções da receita operacional bruta	(95.037)
Receita operacional líquida	676.820
Custo de produção e operação de energia	(449.679)
Lucro bruto	227.141
Despesas operacionais	(52.110)
Resultado financeiro	(94.959)
Equivalência patrimonial	(1.880)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	78.192
Tributos sobre o lucro	(7.269)
Lucro líquido do período	70.923
Atribuído a quotistas da empresa controladora	37.075
Atribuído a acionistas não controladores	33.848
<i>Em milhares de reais - Consolidado</i>	

No período de 31 de março de 2022 a Companhia auferiu um lucro líquido no montante de R\$70.923. Os itens a seguir explicam os principais fatores que influenciaram resultado da Companhia.

1.2 Receita operacional líquida

Comentário do Desempenho

	1T22	
	GWh	R\$
Contratos bilaterais	3.349,5	610.376
Mercado de curto prazo		
MRE	211,8	2.974
SPOT	200,3	11.388
Outros	-	3.707
Contratos de energia eólicos	417,7	94.751
Contratos de energia solares	154,0	47.242
Outras receitas	-	1.419
Receita Operacional Bruta	4.333	771.857
Deduções da receita operacional bruta		(95.037)
Receita Operacional Líquida		676.820

Em milhares de reais - Consolidado

A composição da receita operacional líquida é explicada principalmente por:

- Receita proveniente da venda de contratos bilaterais no montante de R\$610.376, principalmente em função de volume no período de 3.349,5 GWh e preço médio dos contratos de geração hidroelétrica R\$ 181,2/GWh;
- Receita proveniente dos contratos de energia eólica e solares, no montante de R\$141.993, principalmente em função da contribuição dos Complexos Mandacaru e Salinas que entraram para o portfólio da Companhia no 2T21;
- A linha de SPOT do mercado de curto prazo, correspondente a R\$ 11.388 em 2022, que é fruto da melhor geração das usinas hidrelétricas em virtude do fim da crise hídrica ocorrida em 2021.

Os fatores acima foram compensados parcialmente por:

- O curtailment, uma restrição involuntária de geração das usinas requisitada pelo ONS, sobretudo pela capacidade insuficiente de escoamento da energia eólica gerada na região, que impossibilitou a geração de 18,8 GWh no 1T22 em Alto Sertão II. Há discussões em andamento junto à ANEEL para definição das regras de ressarcimento aos geradores afetados por tal restrição.

1.3 Custos e despesas operacionais

Os custos de produção e operação de energia somados aos custos operacionais e despesas gerais e administrativas no período findo em 31 de março de 2022 apresentaram um montante de R\$ 449.679 sendo explicada principalmente por:

- depreciação e amortização no montante de R\$125.579, principalmente referente à amortização do montante reconhecido da repactuação do risco hidrológico no 4T20 e em função da adição do Complexo Eólico Salinas e Mandacaru no portfólio da Companhia ocorrida no 2T21;
- custo com energia comprada para revenda no montante de 206.541, no custo de produção e operação de energia, reflexo dos maiores preços de energia no período, impactadas tanto pelo maior volume quanto preço médio de compra.

Comentário do Desempenho

1.4 Resultado financeiro

No 1T22 o resultado financeiro líquido consolidado totalizou uma despesa de R\$94.959. Contribuiu para esse desempenho:

- Atualização monetária de debêntures, empréstimos e financiamentos, no montante de R\$57.080, devido principalmente ao IPCA e CDI do período;
- Encargos de dívida, no montante de R\$145.316, devido a provisão dos juros incorridos no período;

Os fatores acima foram compensados parcialmente por:

- Juros capitalizados no montante de R\$65.881 proveniente do maior saldo do ativo qualificável para capitalização devido principalmente à construção dos Complexos Eólicos Tucano e Cajuina.
- Renda com aplicações financeiras no montante de R\$ 50.598 decorre da melhora na estratégia de alocação dos recursos disponíveis para aplicação, do maior saldo médio de caixa no período e da maior taxa média de rentabilidade no período;
- ganho no valor de R\$ 24.389 com variação cambial em razão das operações de SWAP relacionadas a contratação de equipamentos em moedas estrangeiras para os projetos de crescimento da Companhia e empréstimos atrelados à moeda estrangeira.

Notas Explicativas

BALANÇOS PATRIMONIAIS
31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021
 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
ATIVO CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	226.736	61.258	305.345	657.043
Investimentos de curto prazo	4	58.661	—	1.920.063	1.055.269
Contas a receber de clientes	5	—	—	299.197	364.501
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	6	1.108	3	84.513	73.052
Outros tributos a recuperar	6	—	—	1.561	1.403
Instrumentos financeiros derivativos	31.1	—	—	—	3.547
Cauções e depósitos vinculados	8	—	—	60.956	60.293
Conta de ressarcimento	9	—	—	22.306	21.072
Outros ativos	10	1.028	2.088	148.923	103.698
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		287.533	63.349	2.842.864	2.339.878
ATIVO NÃO CIRCULANTE					
Tributos diferidos	7	—	—	121.376	112.360
Cauções e depósitos vinculados	8	—	—	226.052	187.546
Conta de ressarcimento	9	—	—	11.577	11.697
Outros ativos	10	1.056	1.056	30.150	26.349
Investimentos em controladas e joint ventures	11	4.085.041	3.818.516	85.611	87.491
Imobilizado, líquido	12	—	—	7.635.594	7.343.248
Intangível, líquido	13	—	—	1.713.048	1.737.481
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		4.086.097	3.819.572	9.823.408	9.506.172
TOTAL DO ATIVO		4.373.630	3.882.921	12.666.272	11.846.050

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

BALANÇOS PATRIMONIAIS
31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

		Controladora		Consolidado	
	Notas	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
PASSIVO CIRCULANTE					
Fornecedores	14	1.569	2.904	209.373	361.332
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	5.895	650.116	264.556	936.382
Imposto de renda e contribuição social a pagar	15	—	—	22.957	48.608
Outros tributos a pagar	15	1.003	242	28.177	40.950
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		157	157	1.227	1.227
Provisões para processos judiciais e outros	19	—	—	22.010	22.249
Instrumentos financeiros derivativos		—	—	—	13.454
Encargos setoriais	20	—	—	20.095	14.426
Outras Obrigações - Partes Relacionadas	30	—	—	—	—
Obrigações de aquisições	21	4.509	4.395	115.972	112.261
Conta de ressarcimento	9	—	—	249.106	218.758
Outras obrigações	22	1.540	2.032	42.471	43.919
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		14.673	659.846	975.944	1.813.566
PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	1.095.011	—	6.194.675	5.280.139
Passivo de arrendamento	17	—	—	111.245	102.178
Tributos diferidos	7	—	—	4.772	8.632
Obrigações com benefícios pós-emprego	18	—	—	136.878	133.836
Provisões para processos judiciais e outros	19	—	—	70.294	67.148
Encargos setoriais	20	—	—	5.381	6.086
Instrumentos financeiros derivativos	31.1	—	—	262.442	35.930
Obrigações de aquisições	21	—	—	169.081	165.943
Conta de ressarcimento	9	—	—	102.587	69.388
Outras obrigações	22	5	—	120.492	128.968
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE		1.095.016	—	7.177.847	5.998.248
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social subscrito e integralizado	23	2.116.001	2.116.001	2.116.001	2.116.001
Reserva de capital	23	321.724	321.469	321.724	321.469
Reserva de lucros	23	939.168	939.168	939.168	939.168
Outros resultados abrangentes	23	(163.771)	(153.563)	(163.771)	(153.563)
Lucros acumulados		50.819	—	50.819	—
Subtotal		3.263.941	3.223.075	3.263.941	3.223.075
Participação de acionistas não controladores		—	—	1.248.540	811.161
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.263.941	3.223.075	4.512.481	4.034.236
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		4.373.630	3.882.921	12.666.272	11.846.050

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

31 de março de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto lucro por ação)

	Notas	Controladora		Consolidado
		31/03/2022	31/03/2021	31/03/2022
Receita operacional líquida	25	—	—	676.820
Custo de produção e operação de energia	26	—	—	(449.679)
LUCRO BRUTO		—	—	227.141
Gerais e administrativas	27	(4.637)	(119)	(50.919)
Outras (despesas) receitas operacionais	28	(390)	119	(1.191)
TOTAL DAS DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS		(5.027)	—	(52.110)
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		(5.027)	—	175.031
Receitas financeiras		4.681	—	81.930
Despesas financeiras		(24.703)	—	(176.889)
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO	29	(20.022)	—	(94.959)
Resultado de equivalência patrimonial	11	62.124	—	(1.880)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		37.075	—	78.192
Imposto de renda e contribuição social correntes		—	—	(21.970)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		—	—	14.701
TOTAL DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	7	—	—	(7.269)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		37.075	—	70.923
Atribuído a acionistas da empresa controladora				37.075
Atribuído a acionistas não controladores				33.848
Lucro por ação (em reais)				
Básico e diluído	24	0,07534	—	0,07534

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES 31 de março de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Controladora	Consolidado
	31/03/2022	31/03/2022
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	37.075	70.923
Outros resultados abrangentes		
- Itens que serão reclassificados para o resultado no futuro		
Equivalência patrimonial sobre hedge de fluxo de caixa de controlada	—	71
Hedge de fluxo de caixa	5.357	5.357
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.821)	(1.821)
TOTAL DE RESULTADOS ABRANGENTES DO PERÍODO, LÍQUIDO DE IMPOSTOS	40.611	74.530
 Atribuído a acionistas da empresa controladora		40.611
Atribuído a acionistas não controladores		33.919

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
31 de março de 2022 e 2021
 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Descrição	Notas	Reservas de Lucros					Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido Controladora	Participação de acionistas não controladores (nota 23.2)	Total do patrimônio líquido Consolidado
		Capital social	Reservas de capital	Reserva de investimentos	Reserva de lucros a realizar	Reserva legal					
Saldos em 31 de março de 2021		1.000.001	377.602	615.211	—	—	(119.824)	—	1.872.990	—	1.872.990
Saldos em 31 de dezembro de 2021		2.116.001	321.469	843.696	74.671	20.801	(153.563)	—	3.223.075	811.161	4.034.236
<u>Outros resultados abrangentes:</u>											
Lucro líquido do período		—	—	—	—	—	—	37.075	37.075	33.848	70.923
Efeito reflexo de hedge de fluxo de caixa de controlada		—	—	—	—	—	5.357	—	5.357	71	5.428
Efeito reflexo sobre Imposto de renda e contribuição social diferidos		—	—	—	—	—	(1.821)	—	(1.821)	—	(1.821)
<u>Transações com os acionistas:</u>											
Remuneração com base em ações		—	255	—	—	—	—	—	255	—	255
Reservas de capital		—	—	—	—	—	—	—	—	163.709	163.709
Aumento de capital		—	—	—	—	—	—	—	—	239.751	239.751
<u>Mutações internas do Patrimônio Líquido:</u>											
Realização do ajuste de avaliação patrimonial		—	—	—	—	—	(20.824)	20.824	—	—	—
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	—	—	—	—	—	7.080	(7.080)	—	—	—
Saldos em 31 de março de 2022		2.116.001	321.724	843.696	74.671	20.801	(163.771)	50.819	3.263.941	1.248.540	4.512.481

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
31 de março de 2022 e 2021
 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

		Controladora		Consolidado	
	Notas	31/03/2022	31/03/2021	31/03/2022	31/03/2021
Atividades operacionais:					
Lucro líquido do período		37.075	—	70.923	—
Ajustes para conciliar o Lucro líquido do período com o caixa das atividades operacionais:					
Depreciação e amortização		—	—	126.741	—
Variação monetária e cambial		114	—	4.524	—
Provisão (reversão) para processos judiciais e outros	19	—	—	(47)	—
Marcação a mercado de derivativos		—	—	(15.934)	—
Provisão para obrigações com entidade de previdência privada		—	—	3.042	—
Custo de empréstimos (encargos de dívidas), líquido de juros capitalizados		24.583	—	104.303	—
Juros sobre passivo de arrendamento	17	—	—	2.197	—
Receita aplicação financeira em investimento curto prazo		(1.214)	—	(42.553)	—
Baixa de bens do ativo		—	—	(770)	—
Resultado de equivalência patrimonial	11	(62.124)	—	1.880	—
(Aplicações) resgates em investimentos de curto prazo		(57.739)	—	(847.852)	—
Tributos e contribuições sociais diferidos		—	—	(14.697)	—
Ações e opções de ações outorgadas		—	—	255	—
Variação de ativos e passivos operacionais		(834)	3	(41.620)	3
Pagamento de juros (encargos de dívidas) - líquido de juros capitalizados		(16.156)	—	(57.862)	—
Pagamento de juros sobre passivo de arrendamento	17	—	—	(2.197)	—
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		—	—	(63.608)	—
Pagamento de processos judiciais e outros		—	—	(243)	—
Juros resgatados de investimentos de curto prazo		25	—	20.700	—
Pagamento de serviços de terceiros		—	(119)	—	(119)
Caixa líquido (usado) nas atividades operacionais		(76.270)	(116)	(752.818)	(116)
Atividades de investimentos:					
Adiantamento para futuro aumento de capital em controlada	11	(200.000)	—	—	—
Aquisições de ativo imobilizado e intangível		—	—	(390.980)	—
Aumento de capital em controladas e controladas em conjunto	11	(615)	—	—	—
Liquidação de instrumento derivativo		—	—	(3.953)	—
(Aplicações) resgates de cauções e depósitos vinculados		—	—	(33.647)	—
Caixa advindo de incorporação de controlada		—	—	—	790.994
Caixa líquido (usado) gerado nas atividades de investimentos		(200.615)	—	(428.580)	790.994
Atividades de financiamentos:					
Ingressos de novos empréstimos e debêntures	16	1.100.000	—	1.100.000	—
Pagamento de empréstimos e debêntures (principal)	16	(650.000)	—	(661.870)	—
Recebimento de recursos		—	119	—	119
Aumento de capital		—	—	239.751	—
Reservas de capital		—	—	163.709	—
Pagamento de passivo de arrendamento (principal)	17	—	—	(1.899)	—
Custo de empréstimos e debêntures (custos de transação e prêmios)	16	(7.637)	—	(9.991)	—
Caixa líquido (usado) gerado nas atividades de financiamentos		442.363	119	829.700	119
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa					
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		61.258	1	657.043	1
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		226.736	4	305.345	790.998

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
31 de março de 2022 e 2021
 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Controladora	Controladora	Consolidado
	31/03/2022	31/03/2021	31/03/2022
1. RECEITAS	—	—	1.215.311
Receita bruta de venda de energia	—	—	770.438
Outras receitas operacionais	—	—	1.419
Receitas relativas à construção de ativos próprios	—	—	443.454
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(1.469)	—	(804.546)
Materiais	—	—	(148.826)
Serviços de terceiros	(1.077)	(119)	(336.370)
Custo da energia comprada e transmissão	—	119	(273.268)
Outros custos operacionais	(392)	—	(46.082)
3. VALOR ADICIONADO BRUTO	(1.469)	—	410.765
4. RETENÇÕES	—	—	(142.645)
Depreciação e amortização	—	—	(142.645)
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	(1.469)	—	268.120
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	67.033	—	82.245
Equivalência patrimonial	62.124	—	(1.880)
Receitas financeiras	4.909	—	84.125
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	65.564	—	350.365
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	65.564	—	350.365
Pessoal	2.956	—	38.362
Remuneração e encargos	1.851	—	31.066
Participação dos trabalhadores nos lucros e resultados	1.113	—	4.548
Previdência privada	(8)	—	925
FGTS	—	—	1.823
Tributos (Governos)	830	—	88.544
Federais	830	—	53.100
Imposto de Renda e Contribuição Social	—	—	7.270
COFINS	196	—	25.453
PIS	32	—	13.261
INSS	602	—	5.474
Encargos sociais - Outros	—	—	1.642
Estaduais	—	—	10.939
ICMS	—	—	11.068
Outros	—	—	(129)
Municipais	—	—	79
IPTU	—	—	78
ISS	—	—	1
Encargos setoriais	—	—	24.426
Pesquisa e desenvolvimento	—	—	5.386
Taxa de fiscalização - ANEEL	—	—	3.699
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	—	—	15.341
Remuneração de capital de terceiros	24.703	—	152.536
Juros	24.703	—	151.801
Aluguéis	—	—	735
Remuneração de capitais próprios	37.075	—	70.923
Lucros retidos	37.075	—	37.075
Participação de acionistas não controladores	—	—	33.848

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A AES Brasil Energia S.A ("Companhia" ou "controladora"), anteriormente denominada AMETHYSTUS A007.20 PARTICIPAÇÕES S.A., é uma companhia de capital aberto, com sede na Avenida Luiz Carlos Berrini, 1.376, 12º andar da Torre A - Sala Digitalização, Brooklin Paulista, São Paulo - SP, que tem por objetivo principal exercer o controle de sociedades que atuam majoritariamente nos setores de geração de energia elétrica.

2. PRINCIPAIS EVENTOS OCORRIDOS NO PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2022

Acordo de investimento com Itaú Unibanco S.A. (2ª fase)

Em 03 de janeiro de 2022, a AES Operações celebrou com o Itaú Unibanco S.A., um acordo de investimento por meio do qual o Itaú subscreveu novas ações preferenciais emitidas pela controlada indireta Guaimbê Holding e integralizou R\$360.000 passando a deter participação de 23,41% de seu capital social.

A transação foi concluída em 06 de janeiro de 2022 e incluiu a contribuição, na Guaimbê Holding, pela AES Operações, de sua participação na Ventus Holding, sociedade que compõe o Complexo Eólico Ventus, que controla as sociedades Brasventos, Miassaba e Rei Dos Ventos; bem como sua participação nas sociedades AGV IV, AGV V e AGV VI, que contemplam a segunda fase do Complexo Solar de Ouroeste (notas explicativas nº 3.4 e 11).

Leilão judicial - Cordilheira dos Ventos

Em 27 de janeiro de 2022, a AES Brasil, através da controlada AES GF1 Holding, garantiu o direito de ser a primeira proponente no leilão judicial da unidade produtiva isolada (UPI) Cordilheira dos Ventos, localizado no Rio Grande do Norte, que será realizado no âmbito do processo de recuperação judicial. Em 15 de março de 2022, dando continuidade ao Fato Relevante anterior, no âmbito do Processo de Recuperação Judicial do Grupo Renova ("Renova"), o Juiz da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Fórum Central da Comarca de São Paulo, homologou o processo competitivo da Unidade Produtiva Isolada Cordilheira dos Ventos ("UPI Cordilheira dos Ventos"), no qual a AES GF1 Holding S.A., subsidiária integral da Companhia, foi a única participante, declarando-a como vencedora do leilão pelo valor de R\$42 milhões. O fechamento da transação está sujeito ao preenchimento de condições precedentes. A oferta envolve os projetos Facheiro II, Facheiro III e Labocó, com capacidade de desenvolvimento eólico de 305 megawatts (MW).

Acordo de Investimento com BRF S.A.

Em 16 de agosto de 2021, a controlada indireta Tucano Holding I firmou um acordo de investimento com a BRF S.A. ("BRF") com o objetivo de investimento e desenvolvimento de projeto de geração de energia eólica.

O Projeto possuirá 160 MW de capacidade eólica instalada, equivalentes a 92 MW médios de energia assegurada a P50 (P50 é uma abreviação para o Percentil 50% de probabilidade de que a produção real de energia do empreendimento seja no mínimo a Produção de Energia Certificada P50), dos quais 80 MW médios serão comercializados por meio de um contrato com prazo de 15 anos ("PPA") com início de vigência em 2024, a ser firmado entre as SPEs Santa Tereza 01, Santa Tereza 04, Santa Tereza 10 e São Ricardo 11 e BRF na data do fechamento da operação.

O Projeto será desenvolvido no Complexo Eólico Cajuína ("Complexo"), no Estado do Rio Grande do Norte, após o cumprimento das condições precedentes para o fechamento do negócio previstas no Acordo, com início da construção previsto para o 2º trimestre de 2022. O CAPEX estimado para o desenvolvimento do parque eólico é de aproximadamente R\$5,6 milhões/MW instalado.

Notas Explicativas

Em 21 de dezembro de 2021, a controlada indireta Tucano Holding I transferiu a totalidade das ações da Santa Tereza 01, Santa Tereza 04, Santa Tereza 10 e São Ricardo 11 para a controlada indireta Potengi, mediante a emissão de 9.796.541 ações ordinárias e aumento de capital no montante de R\$9.797.

Em 14 de março de 2022, a AES Operações juntamente com sua controlada indireta Tucano Holding I celebraram com a BRF um acordo de acionistas com o objetivo de investimento e desenvolvimento de projeto de geração de energia eólica. Com isso, a participação societária no capital social da Tucano Holding I na Potengi reduziu de 100% para 50%. A transação não resultou em perda de controle por parte da Tucano Holding I, que continua controlando e consolidando a Potengi sob o modelo de participação votante.

O acordo de acionistas prevê opções de compra e de venda da participação acionária entre os sócios em determinadas situações. Dentro do curto espaço de tempo entre o fechamento da operação e a data das informações contábeis intermediárias e com base nas informações disponíveis, a AES Operações avaliou que os efeitos dessas opções não são materiais em 31 de março de 2022.

Extensão do prazo de outorga

Em 08 de fevereiro de 2022 foi realizada a 4ª Reunião pública da diretoria da ANEEL e, entre os assuntos em pauta, foi aprovado a extensão do prazo de outorga para exploração das usinas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, em atendimento ao disposto no art. 7º da Resolução Normativa nº 895/2020, onde estão as usinas hidrelétricas Água Vermelha, Barra Bonita, Bariri, Ibitinga, Promissão, Nova Avanhandava, Caconde, Euclides da Cunha, Limoeiro e PCH Mogi-Guaçu. Foi aprovada a minuta de Termo Aditivo, que visa formalizar a extensão dos prazos de outorga, cuja a publicação foi por feita por meio da Resolução Autorizativa nº 11.132/2022, no qual está em processo de assinatura pela controlada direta AES Brasil Operações e pela ANEEL. Adicionalmente, em 15 de março de 2022 foi realizada a 8ª Reunião pública da diretoria da ANEEL e, entre os assuntos em pauta, foi aprovada igualmente ao processo anterior a extensão do prazo de vigência das outorgas de autorização das Pequenas Centrais Hidrelétricas São Joaquim e São José, conforme Resolução Autorizativa nº 11.344/2022, sendo que este processo não enseja nenhum aditivo contratual. Em 14 de abril, a controlada AES Operações assinou o termo aditivo ao Contrato de Concessão nº 092/1999, de modo a formalizar o prazo de extensão das outorgas.

Captação de debêntures

Em 08 de março de 2022, a Companhia emitiu a sua primeira emissão de debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária, a ser convolada em espécie com garantia real, no montante de R\$1.100.000, custo de CDI + 2,30% a.a. e prazo de 3 anos. A emissão é um empréstimo ponte que tem por objetivo financiar a construção de 684MW de capacidade instalada do Complexo Eólico Cajuína, o que incluiu liquidar antecipadamente a Nota Comercial, emitida pela Companhia em 23 de dezembro de 2021, em 22 de março de 2022 (nota explicativa nº 16).

3. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Em 04 de maio de 2022, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das informações contábeis intermediárias referentes ao período findo em 31 de março de 2022, submetendo-as nesta data à aprovação do Conselho de Administração e ao exame do Conselho Fiscal.

3.1 Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias individuais estão preparadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). As informações consolidadas da Companhia, foram preparadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), além das normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*. No caso da Companhia, essas práticas diferem das normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), somente no que se refere à capitalização de juros incorridos pela controladora, em relação aos ativos em construção de suas controladas.

Notas Explicativas



A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil para entidades de capital aberto. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar.

As informações contábeis intermediárias foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pelas opções de ações outorgadas, obrigações benefícios pós-emprego, e pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, pela avaliação do ativo imobilizado ao seu custo atribuído (*"deemed cost"*), na data de transição para as práticas contábeis adotadas no Brasil alinhadas às IFRS em janeiro de 2009 e valor justo do intangível gerado pela extensão do período de concessão, que foram mensurados inicialmente a valor justo na data de adoção.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas informações contábeis intermediárias. Desta forma, as informações relevantes próprias estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

Com o objetivo de divulgar nas informações contábeis intermediárias apenas os aspectos relevantes, a Companhia deixou de apresentar as notas explicativas abaixo, pois foram anteriormente divulgadas nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021, publicadas em 28 de fevereiro de 2022. Dessa forma, a leitura das informações contábeis intermediárias deve ser feita em conjunto com as informações contábeis anuais.

Número	Nota explicativa	Justificativa
1,1	Geração hidroelétrica	(a)
1,2	Geração eólica	(a)
1,3	Geração solar	(a)
1,4	Complexo Eólico Cajuína	(a)
1,5	Complexos Salinas e Mandacaru	(a)
1,6	Complexo Fotovoltaico AES Arinos	(a)
1,7	Obrigação de expansão	(a)
4,2	Políticas contábeis e estimativas	(a)
4,3	Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas	(a)
4,4	Perda por redução ao valor recuperável de ativos não circulantes ou de longa duração	(a)
4,7	Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2021	(a)
4,8	Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes	(a)
4,9	Entidades controladas	(b)
20,1	Previdência privada	(a)
20,2	Programa de incentivo à aposentadoria	(a)
20,3	Informações relevantes das obrigações com benefícios pós-emprego	(a)
26	Destinação do resultado	(a)
34,2	Hierarquia do valor justo	(a)
34.3 (a)	Estrutura de gerenciamento de riscos	(a)
34.3 (b.1)	Risco de crédito	(b)
34.3 (b.5)	Risco de aceleração das dívidas	(b)
34.3 (c.1)	Risco hidrológico	(a)
34.3 (c.2)	Risco em renováveis não-hídricas	(a)
34.3 (c.3)	Risco de alterações na legislação tributária do Brasil	(a)
34.3 (c.4)	Risco de instabilidade cambial e econômica	(a)
34.3 (c.5)	Risco socioambiental	(a)
34.3 (c.6)	Risco de obrigação de expansão	(a)
34.3 (c.7)	Risco da escassez de vento	(a)
35	Seguros	(a)
38	Investimentos e gastos em meio ambiente	(a)

(a) Informações idênticas às publicadas nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021.

Notas Explicativas

- (b) Informações e textos reduzidos, pois não houve alteração no conteúdo nas informações contábeis intermediárias.

3.2 Base de preparação e apresentação

Continuidade operacional

Em 31 de março de 2022, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia, suas controladas e *joint ventures* em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Esta afirmação é baseada nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia, suas controladas e *joint ventures*, sendo consistentes com o seu plano de negócios. A Companhia, suas controladas e *joint ventures* preparam no início de cada exercício, Planos de Negócios Anual e Quinquenal, que compreendem os orçamentos anuais e plurianuais, todos os planos de investimento de capital, os planos estratégicos e os programas de manutenção das instalações da Companhia, suas controladas e *joint ventures*. Os planos são acompanhados durante o exercício pelos órgãos de governança da Companhia, suas controladas e *joint ventures*, podendo sofrer alterações.

Segmento de negócios

Todas as decisões tomadas pela Administração da Companhia, suas controladas e *joint ventures* são baseadas em relatórios consolidados, o suprimento e o fornecimento de energia são realizados utilizando-se uma rede integrada de geração, e as operações são gerenciadas em bases consolidadas. Consequentemente, a Administração da Companhia concluiu que possui apenas o segmento de geração de energia elétrica como passível de reporte.

3.3 Moeda funcional e conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia, suas controladas e *joint ventures* é o real (R\$), que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operações. As informações contábeis intermediárias estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

(b) Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da Companhia, suas controladas e *joint ventures*, foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional utilizando-se a taxa de câmbio na data base dos balanços. As receitas e despesas são convertidas às taxas de câmbio nas datas das transações.

3.4 Critérios de consolidação

Transações e saldos em transações entre a controladora e controladas ou entre as controladas são eliminados.

O exercício social das controladas incluídas na consolidação coincide com o da controladora, as políticas contábeis são aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pelas controladoras e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. As transações entre a controladora e empresas controladas são realizadas em condições estabelecidas entre as partes.

Notas Explicativas



As informações contábeis intermediárias consolidadas contemplam as informações da Companhia e de suas controladas, todas sediadas no Brasil, cujas práticas contábeis estão consistentes com as adotadas pela Companhia.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E INVESTIMENTOS DE CURTO PRAZO

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Caixa e Equivalentes de caixa				
Número disponível	55	56	16.450	9.501
Operação compromissada	226.681	61.202	288.895	647.542
Subtotal	226.736	61.258	305.345	657.043
Investimentos de curto prazo				
CDB-DI	58.661	—	1.920.063	1.055.269
Subtotal	58.661	—	1.920.063	1.055.269
Total	285.397	61.258	2.225.408	1.712.312

Os investimentos de curto prazo em 31 de março de 2022 estão representados por operações com CDB-DI com liquidez diária e com rentabilidade média consolidada de 97,28% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (98,32% em 31 de dezembro de 2021). Para a operação compromissada a rentabilidade média em 31 de março de 2022 foi de 75,56%.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

		Consolidado						
Nota	Saldos vencidos	Saldos vencidos			31/03/2022	31/12/2021		
		Até 90 dias	De 90 a 180 dias	Acima de 360 dias				
CIRCULANTE								
		Consumidores livres	226.019	304	4.046	—	230.369	301.522
		Mercado de curto prazo	7.668	6	—	1.937	9.611	3.547
		Contratos de energia eólicos	46.813	104	—	19	46.936	47.367
		Contratos de energia solares	12.241	1	—	—	12.242	12.026
		Serviços prestados	15	3	—	17	35	39
	30	Partes relacionadas	4	—	—	—	4	—
		Total	292.760	418	4.046	1.973	299.197	364.501

Notas Explicativas



6. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
CIRCULANTE				
Imposto de renda e contribuição social a recuperar				
Imposto de renda	—	—	49.082	49.223
Contribuição social	—	—	19.993	19.764
Imposto de renda retido na fonte	1.108	3	15.438	4.065
Total	1.108	3	84.513	73.052
Outros tributos a recuperar				
PIS e Cofins	—	—	1.304	1.064
Outros	—	—	257	339
Total	—	—	1.561	1.403
Total	1.108	3	86.074	74.455

7. TRIBUTOS DIFERIDOS

7.1 Composição dos tributos e contribuições sociais diferidos ativos e passivos

	Consolidado			
	Balanço Patrimonial		Resultado e Resultado abrangente	
O imposto de renda e contribuição social diferidos referem-se a:	Notas	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022
Tributos ativos:				
Prejuízo fiscal e base negativa		539.920	538.976	944
Provisão para participação nos lucros e resultados		1.713	4.875	(3.162)
Provisão para processos fiscais		7.221	7.085	136
Provisão para processos trabalhistas		876	1.005	(129)
Provisão de benefício a empregados		2.568	1.534	1.034
Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos		2.027	2.027	—
Provisão para processos cíveis		21.552	20.598	954
Créditos fiscais de ágios incorporados	7.3	75.667	78.849	(3.182)
Provisão para fornecedores de materiais e serviços		11.095	11.475	(380)
Hedge de Fluxo de caixa (outros resultados abrangentes)		23.788	25.609	—
Ajuste avaliação atuarial (outros resultados abrangentes)		43.970	43.970	—
Ressarcimento de energia		7.820	6.104	1.716
Variação cambial não realizada		113	439	(326)
Outros		3.486	3.521	(31)
Tributos passivos:				
Ativo imobilizado - custo atribuído		(288.738)	(295.818)	7.080
Ativo intangível - uso do bem público		(7.344)	(7.521)	177
Atualização de cauções e depósitos vinculados		(866)	(746)	(120)
Ativo imobilizado - taxa de depreciação		(21.405)	(21.684)	279
Variação Cambial Ativa Não Realizada		(1.120)	(4.183)	3.063
Ativo intangível - GSF		(298.244)	(305.430)	7.186
Penalidade contratual fornecedores		(4.398)	(4.284)	(114)
Outros		(3.097)	(2.673)	(424)
Ativo fiscal diferido, líquido		116.604	103.728	14.701
Apresentação no balanço patrimonial				
Tributos diferidos do ativo não circulante		121.376	112.360	
Tributos diferidos do passivo não circulante		(4.772)	(8.632)	
Total		116.604	103.728	

Notas Explicativas

Os tributos diferidos são apresentados por complexo e pelo valor líquido, a seguir:

Complexo	Consolidado			
	31/03/2022			31/12/2021
	Ativo	Passivo	Ativo (Passivo)	Ativo (Passivo)
AES Operações	730.186	(617.717)	112.469	105.211
Prestação de serviços	3.811	—	3.811	2.843
Complexo Tucano	—	—	—	(1.206)
Complexo Alto Sertão II	5.987	(1.321)	4.666	4.102
Complexo AGV	38	(28)	10	154
Complexo Ouroeste	—	(388)	(388)	(363)
Complexo Guaimbê	—	(463)	(463)	(2.648)
Complexo Ventus	1.228	(5.130)	(3.902)	(4.365)
Complexo Salinas e Mandacaru	566	(165)	401	—
Consolidado	741.816	(625.212)	116.604	103.728

A movimentação dos saldos de tributos e contribuições sociais diferidos é como segue:

Movimentação dos tributos diferidos	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2021	103.728
Impacto no resultado	14.697
Impacto no patrimônio líquido (Outros resultados abrangentes)	(1.821)
Saldos em 31 de março de 2022	116.604

A composição da base de cálculo e a conciliação do imposto de renda e contribuição social é a seguinte:

Notas Explicativas

a) Composição dos tributos no resultado:

Na rubrica de tributos:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2022		31/03/2022	
Notas	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Corrente	—	—	(15.437)	(6.533)
Diferidos	—	—	10.678	4.023
Total	—	—	(4.759)	(2.510)

b) Demonstração do cálculo dos tributos:

Resultado antes dos tributos		37.075	37.075	78.192	78.192
Adições (exclusões) permanentes:					
Diferenças temporárias Sem Imposto Diferido Constituído		(48)	(48)	(48)	(48)
Prejuízo fiscal e base negativa sem imposto diferido constituído		—	—	176	(432)
Amortização da mais valia em combinação de negócios		—	—	1.518	1.518
Amortização de direitos contratuais, exploração e autorização		—	—	9.327	9.327
Doações		—	—	297	297
Resultado de equivalência patrimonial	11	(62.124)	(62.124)	1.880	1.880
Ajuste lucro presumido		—	—	(42.162)	(29.744)
Juros capitalizados de controladas		25.096	25.096	(28.852)	(28.852)
Atualização SELIC de créditos tributários		—	—	(1.930)	(1.930)
Incentivo do PAT - Êxito Judicial		—	—	(1.719)	—
Outras		—	—	10.262	4.560
Total das adições (exclusões)		(37.076)	(37.076)	(51.251)	(43.424)
Resultado ajustado		(1)	(1)	26.941	34.768
Alíquota nominal		25%	9%	25%	9%
Tributos		—	—	(6.735)	(3.129)
Ajustes de anos anteriores		—	—	1.448	556
Outros		—	—	528	63
Total da despesa com tributos		—	—	(4.759)	(2.510)
Alíquota efetiva (i)		0,0%	0,0%	5,9%	3,1%

(i) Para fins de cálculo da alíquota efetiva, considerou-se o resultado antes dos tributos excluindo o efeito da equivalência patrimonial.

7.2 Composição dos prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias sem diferido constituído

	Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021
Prejuízos fiscais (i)	831.196	836.258
Base negativa de contribuição social (ii)	835.563	841.222
Diferenças temporárias (iii)	79.264	232.774

(i) O montante de R\$831.196 de Prejuízos fiscais é composto por: (i) R\$254.603 da AES Operações; (ii) R\$559.017 do Complexo Alto Sertão II; (iii) R\$15.710 do Complexo Salinas e Mandacarú; (iv) R\$950 do Complexo Tucano; (v) R\$435 do Complexo Guaimbê; (vi) R\$251 do Complexo Ventus; e (vii) R\$230 do Complexo Cajuína.

(ii) O montante de R\$835.563 de Base negativa de contribuição social é composto por: (i) R\$258.970 da AES Operações; (ii) R\$559.017 do Complexo Alto Sertão II; (iii) R\$15.710 do Complexo Salinas e Mandacarú; (iv) R\$950 do Complexo Tucano; (v) R\$435 do Complexo Ventus; (vi) R\$251 da controlada indireta Tietê Integra; e (vii) R\$230 do Complexo Cajuína.

(iii) O montante de R\$79.264 de Diferenças temporárias é composto por: (i) R\$68.057 da AES Operações; (ii) R\$10.950 da Guaimê Holding; e (iii) R\$257 do Complexo Tucano.

Notas Explicativas

Os correspondentes impostos diferidos ativos não foram reconhecidos, tendo em vista que os impostos diferidos ativos são constituídos no limite da expectativa de realização dos lucros tributários futuros. Para os prejuízos e bases negativas de contribuição social detidos por empresas *holdings*, cujos resultados são majoritariamente gerados por despesas financeiras dedutíveis, a Companhia não constitui impostos diferidos ativos.

7.3 Créditos fiscais de ágios incorporados

Os créditos fiscais de ágios incorporados classificados no ativo não circulante referem-se aos benefícios fiscais gerados pelas incorporações dos ágios das controladoras AES Gás Ltda., AES Tietê Participações S.A. e AES Brazilian Energy Holdings S.A. e estão registrados de acordo com os conceitos das Instruções CVM 319/99 e 349/01.

Os ágios e as correspondentes provisões são amortizados pelo prazo de concessão da controlada direta AES Operações, de acordo com a curva de expectativa de rentabilidade futura estabelecida pela ANEEL, através do Ofício 87, de 16 de janeiro de 2004.

Os registros contábeis mantidos para fins societários e fiscais da controlada direta AES Operações apresentam contas específicas relacionadas com o ágio incorporado, provisão para reserva especial de ágio, no patrimônio líquido, e amortização, reversão e crédito fiscal correspondentes, no resultado do exercício. Em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os saldos estavam assim representados:

	Consolidado			
	31/03/2022		31/12/2021	
	Ágio	Provisão	Valor Líquido	Valor Líquido
AES Brazilian Energy Holdings Ltda				
Saldos oriundos da incorporação	319.564	(210.912)	108.652	108.652
Amortização acumulada	(185.085)	122.156	(62.929)	(61.007)
Subtotal	134.479	(88.756)	45.723	47.645
AES Gás Ltda.				
Saldos oriundos da incorporação	808.304	(541.564)	266.740	266.740
Amortização acumulada	(727.536)	487.241	(240.295)	(239.183)
Subtotal	80.768	(54.323)	26.445	27.557
AES Tietê Participações S.A.				
Saldos oriundos da incorporação	82.420	(54.397)	28.023	28.023
Amortização acumulada	(72.130)	47.606	(24.524)	(24.376)
Subtotal	10.290	(6.791)	3.499	3.647
Total	225.537	(149.870)	75.667	78.849

A movimentação dos créditos fiscais do ágio incorporado é como segue:

Movimentação dos tributos diferidos	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2021	78.849
Amortização	(9.485)
Reversão	6.303
Saldo em 31 de março de 2022	75.667

Notas Explicativas

8. CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

		Consolidado	
Notas		31/03/2022	31/12/2021
CIRCULANTE			
Garantias de compromissos contratuais		16.674	16.366
Cauções e depósitos vinculados relativos a processos judiciais	19	17.176	16.823
Garantias de financiamento (i)		27.106	27.104
Subtotal		60.956	60.293
NÃO CIRCULANTE			
Garantias de financiamento (i)		220.760	182.274
Cauções e depósitos vinculados relativos a processos judiciais	19	5.292	5.272
Subtotal		226.052	187.546
Total		287.008	247.839

(i) Refere-se às Contas Reservas da Dívida, que se destinam aos pagamentos de principal, juros e obrigações dos contratos de dívida da controlada direta AES Operações no montante de R\$27.734 e as controladas indiretas, composto pelo Complexo Eólico Alto Sertão II, Complexo Eólico Ventus e Complexos Eólicos Mandacaru e Salinas, nos montantes de R\$40.116, R\$10.591, e R\$169.425, respectivamente. A integralidade dos recursos retidos, nestas contas, deve ser aplicada, seguindo as restrições mencionadas nos documentos da emissão. O saldo destas contas, em sua totalidade, está aplicado em certificados de depósitos bancários, com rentabilidade média consolidada de 97,28% do CDI.

A movimentação das cauções e dos depósitos vinculados para o período findo em 31 de março de 2022 é como segue:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2021	247.839
Adições (i)	82.895
Atualização monetária	5.522
Baixas e resgates (ii)	(49.248)
Saldo em 31 de março de 2022	287.008

(i) As adições são compostas por: (i) R\$9.502 às garantias de financiamento da 8ª emissão de debêntures da controlada direta AES Operações; (ii) R\$12.405 às garantias de financiamento das escrituras de debêntures do Complexo Eólico Alto Sertão II; (iii) R\$603 do Complexo Eólico Ventus; (iv) R\$60.351 do Complexo Salinas e Mandacaru; e (vi) R\$34 à depósitos judiciais.

(ii) Os resgates são compostos por: (i) R\$2.591, às garantias de financiamento para pagamento de principal e juros da 8ª emissão de debêntures da controlada direta AES Operações; (ii) R\$173 às garantias de financiamento das escrituras de debêntures do Complexo Eólico Alto Sertão II, (iii) R\$784 do Complexo Eólico Ventus; e (iv) R\$45.700 do Complexo Salinas e Mandacaru.

9. RESSARCIMENTO

Os Contratos de Energia de Reserva celebrados entre as controladas indiretas que operam contratos do LER 2009, LER 2010 e a CCEE e entre os contratos de Energia Nova entre o LEN 2011 (A-3) e as distribuidoras, estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada. Se a contraprestação em um contrato incluir um valor variável, a Companhia reflete o valor da contraprestação a que terá direito em troca da transferência de bens ou

Notas Explicativas

serviços para o cliente. A contraprestação variável reflete o valor justo mais provável do ressarcimento, na qual não são esperados pela Companhia reversões significativas.

A tabela a seguir apresenta os saldos de ressarcimentos ativos e passivos.

	Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021
Ativo circulante		
Conta de ressarcimento	22.306	21.072
Ativo não circulante		
Conta de ressarcimento	11.577	11.697
Total ativo	33.883	32.769
Passivo circulante		
Conta de ressarcimento	249.106	218.758
Passivo não circulante		
Conta de ressarcimento	102.587	69.388
Total passivo	351.693	288.146

A movimentação do ressarcimento é como segue:

	Consolidado				
	Saldos em 31 de dezembro de 2021	Adição	Amortização	Atualização monetária	Saldos em 31 de março de 2022
Ativo	32.769	3.218	(2.104)	—	33.883
Passivo	(288.146)	(57.409)	6.697	(12.835)	(351.693)

Suspensão de devolução de ressarcimento

Do saldo total de R\$351.693 do passivo de ressarcimento, R\$ 216.844 refere-se à suspensão de devolução de ressarcimento de ciclos encerrados decorrente do Despacho 2303/2019.

O Despacho 2303/2019 emitido pela ANEEL, suspendeu os ressarcimentos estabelecidos na contratação de energia elétrica no ambiente regulado e na contratação de energia de reserva perante a CCEE para analisar e para regulamentar o *Constrained-off* de usinas eólicas.

O *Constrained-off* pode ser definido como a redução de geração demandada pelo operador centralizado com relação à programação devido às limitações da rede de transmissão ou requisitos de reservas operacionais. Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras. Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao *Constrained-off* de usinas.

Em 31 de março de 2022, os saldos contabilizados referente ao *Constrained-off* no passivo de ressarcimento correspondem a R\$216.844, sendo R\$50.555 para o LER 2009, R\$40.464 para o LER 2010 e R\$125.825 para o LER 2011. As provisões são efetuadas com base nas posições regulatórias vigentes.

10. OUTROS ATIVOS

Notas Explicativas

Notas	Controladora		Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
CIRCULANTE				
Contas a receber sobre venda de controlada (i)	—	—	30.083	36.071
Almoxarifado (ii)	—	—	36.511	31.902
Indenização de seguro a receber	—	428	9.871	10.299
Contas a receber de partes relacionadas 30	760	1.659	13	59
Despesas pagas antecipadamente (iii)	268	—	31.432	5.086
Contas a receber sobre venda de participação acionária	—	—	1.718	1.690
Adiantamento a empregados	—	—	2.674	579
Outros (iv)	—	1	36.621	18.012
Subtotal	1.028	2.088	148.923	103.698
NÃO CIRCULANTE				
Tributos diferidos sobre ressarcimento (v)	—	—	9.284	7.233
Despesas pagas antecipadamente (iii)	—	—	4.022	4.462
Imposto de renda	1.003	1.003	5.858	4.707
Contas a receber de partes relacionadas 30	—	—	3.524	2.967
INSS	—	—	1.762	1.762
ICMS	—	—	1.390	1.390
Outros	53	53	4.310	3.828
Subtotal	1.056	1.056	30.150	26.349
Total	2.084	3.144	179.073	130.047

(i) Em 11 de junho de 2021, após o cumprimento das condições precedentes, foi concretizada a venda de 100% das quotas de sua controlada direta AES Tietê Inova e suas controladas indiretas AES Tietê Inova I e AES Tietê Inova II para uma subsidiária da EDP Energias do Brasil, sendo o risco e os benefícios da propriedade transferida para a Compradora, nesta data. A AES Operações receberá este montante no decorrer do exercício de 2022.

(ii) O montante de R\$36.511 de almoxarifado é composto principalmente por R\$10.093 da AES Operações, R\$11.459 do Complexo Alto Sertão, R\$2.329 do Complexo AGV, R\$1.348 do Complexo Boa Hora R\$1.299 do Complexo Guaimbê, R\$1.924 do Complexo Ventus e R\$8.059 do Complexo Salinas e Mandacaru.

(iii) O saldo de R\$31.432 no consolidado refere-se principalmente às despesas a apropriar de seguros patrimoniais e terrorismos.

(iv) No consolidado o montante de R\$36.491 refere-se principalmente aos saldos de derivativos embutidos no montante de R\$23.464, cuja exposição cambial e consequente marcação a mercado foram cessadas, uma vez que a controlada direta Tucano Holding I exerceu a opção de fixar os valores do contrato em Reais. Por se tratar de contratos de fornecimento de imobilizado, este saldo será capitalizado na medida que os desembolsos com o fornecedor forem sendo efetuados.

(v) Refere-se a Pis e Cofins sobre ressarcimento de eólicas e solares.

11. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E JOINT VENTURES

A Companhia detém investimentos em empresas controladas diretas e indiretamente em *joint ventures*. Esses investimentos são avaliados com base no método de equivalência patrimonial nas informações contábeis intermediárias da controladora e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

A controlada direta AES Operações detém 50% de participação indireta na Tucano Holding III, empreendimento controlado em conjunto ("*Joint Venture*") com a Unipar Carbocloro S.A.. Conforme os acordos contratuais, é requerido consenso unânime entre todas as partes do acordo para as atividades relevantes. A participação no investimento é reconhecida pelo método de equivalência patrimonial na controladora e consolidado.

Notas Explicativas

Na controladora os intangíveis decorrentes de combinação de negócios e da aquisição de ativos são incluídos no valor contábil do investimento, inicialmente mensurado pelo seu valor justo e amortizado com base no prazo remanescente de autorização ou do contrato. Já na demonstração consolidada, esses valores são apresentados na rubrica de intangível.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Participações societárias permanentes:				
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	4.068.904	3.802.379	85.611	87.491
Direitos contratuais decorrentes de aquisição de ativos	16.137	16.137	—	—
Total	4.085.041	3.818.516	85.611	87.491

A movimentação dos investimentos para o período findo em 31 de março de 2022 é como segue:

	Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	Direitos contratuais decorrentes de aquisição de ativos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	3.802.379	16.137	3.818.516
Equivalência patrimonial	62.124	—	62.124
Aumento de capital	615	—	615
Adiantamento para futuro aumento de capital (i)	200.000	—	200.000
Remuneração com base em ações	250	—	250
Derivativos - Outros resultados abrangentes	3.536	—	3.536
Saldos em 31 de março de 2022	4.068.904	16.137	4.085.041

(i) O AFAC realizado em dezembro de 2021 no montante de R\$600.000 para a Tucano Holding I foi integralizado pela Companhia e aprovado em Reunião do Conselho de Administração em março de 2022. Em março de 2022 houve um novo AFAC no montante de R\$200.000 com as mesmas características.. O instrumento possui características de patrimônio, é irrevogável e irreversível e deverá ser capitalizado em até 120 dias contados a partir da data da realização. Com esta integralização , a Companhia passa a deter 46% na participação da Tucano Holding I.

Controlada	Total de quantidade de quotas/ações do capital social	Percentual de participação	Valor do capital social	Valor do patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) líquido do período
AES Brasil Operações S.A.	1.995.532.616	100%	1.768.304	3.249.132	42.942
AES Comercializadora	100	100%	1	1	—
AES GF1 Holdings	400	100%	2	2	—
AES GF2 Holdings	400	100%	482	(14)	(497)
AES Arinos	500	100%	130	130	—
Tucano Holding I (i)	128.173.308	46%	688.787	1.309.623	19.679
				4.558.874	62.124

(i) O montante de R\$19.679 refere-se aos juros capitalizados da Tucano Holding I. Com o objetivo de financiar principalmente a construção de novos complexos solares, a Controladora captou recursos por meio de debêntures de longo prazo. Em função do ativo qualificável estar registrado na controlada, a capitalização foi reconhecida nas rubricas “Investimentos” em contrapartida ao “Resultado de equivalência patrimonial”. Já nas informações contábeis intermediárias consolidadas, está apresentado como “Imobilizado, líquido” (nota explicativa nº 12) em contrapartida ao resultado financeiro, na rubrica “Juros capitalizados transferidos para o imobilizado/intangível em curso” (nota explicativa nº 29).

Joint Venture

Em 31 de março de 2022, as informações contábeis intermediárias da Joint Venture estão apresentadas abaixo:

Notas Explicativas

	Tucano Holding III
Balanço Patrimonial	
Ativo circulante	64.801
Ativo não circulante	447.152
Passivo circulante	2.352
Passivo não circulante	338.378
Patrimônio líquido	171.223
Demonstração de Resultado	
Resultado financeiro	(81)
Despesa ou receita de imposto sobre a renda	(505)
Prejuízo do período	(3.759)
Resultado abrangente total	(3.759)
Percentual de participação	50%
Quantidade de quotas/ações do capital social	176.935.022

A movimentação de investimentos, consolidado, da *joint venture* é como segue:

Movimentação Joint Venture	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2021	87.491
Equivalência patrimonial	(1.880)
Saldo em 31 de março de 2022	85.611

12. IMOBILIZADO

a) A composição do ativo imobilizado é a seguinte:

	Consolidado				
	31/03/2022				31/12/2021
	Taxas médias anuais de depreciação (%)	Custo (ii)	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Terrenos	-	415.460	—	415.460	414.599
Reservatórios, barragens e adutoras	3,1%	2.937.156	(2.203.457)	733.699	754.014
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,4%	904.023	(552.448)	351.575	356.544
Máquinas e equipamentos	3,6%	6.368.336	(1.679.633)	4.688.703	4.750.034
Veículos	14,0%	11.409	(7.029)	4.380	3.862
Móveis e utensílios e outros	6,0%	7.605	(4.928)	2.677	2.759
Imobilizado em serviço		10.643.989	(4.447.495)	6.196.494	6.281.812
Imóveis destinados a uso futuro	-	2.099	—	2.099	2.099
Imobilizado em curso (i)	-	1.332.560	—	1.332.560	964.766
Bens vinculados às concessões e autorizações		11.978.648	(4.447.495)	7.531.153	7.248.677
Direito de uso de sede administrativa	10,8%	9.999	(3.173)	6.826	7.110
Direito de uso de terreno arrendado	3,3%	109.439	(11.824)	97.615	87.461
Total Imobilizado		12.098.086	(4.462.492)	7.635.594	7.343.248

(i) O ativo imobilizado em curso contempla principalmente gastos com a modernização de unidades geradoras das usinas hidroelétricas e construção de novas plantas de geração eólica nos Complexos de Tucano e Cajuína, incluindo adiantamento a fornecedores para aquisição dos aerogeradores. Esses ativos serão classificados como imobilizado em serviço quando da sua entrada em operação.

(ii) Inclui os custos de desmontagem, remoção e restauração dos ativos eólicos e solares, que em 31 de março de 2022 representa um montante de R\$63.422 (R\$75.854 em 31 de dezembro de 2021), líquido de depreciação.

Notas Explicativas

(b) Movimentação do ativo imobilizado

A movimentação do ativo imobilizado é como segue:

	Consolidado					
	Saldos em 31 de dezembro de 2021	Adições	Provisão para desmantelamento	Baixas	Transferências	Juros capitalizados
Terrenos	414.599	—	—	—	861	—
Reservatórios, barragens e adutoras	2.937.156	—	—	—	—	—
Edificações, obras civis e benfeitorias	900.984	—	—	—	3.039	—
Máquinas e equipamentos	6.363.069	46	(11.375)	—	16.596	—
Veículos	10.661	—	—	—	748	—
Móveis e utensílios e outros	7.605	—	—	—	—	—
Imóveis destinados a uso futuro	2.099	—	—	—	—	—
Imobilizado em curso	964.766	323.157	—	—	(21.244)	65.881
Direito de uso de sede administrativa	9.999	—	—	—	—	—
Direito de uso de terreno arrendado	98.139	11.300	—	—	—	—
Subtotal	11.709.077	334.503	(11.375)	—	—	65.881
Depreciação/Amortização	(4.365.829)	(97.156)	(277)	770	—	—
Total líquido	7.343.248	237.347	(11.652)	770	—	65.881

Notas Explicativas

(c) Dos bens vinculados à concessão e autorizações

Os bens e as instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia, e que são vinculados à concessão, não podem ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

São previstos o oferecimento em garantia dos direitos emergentes da outorga e bens constituídos pela geradora eólica ou solar sem autorização da ANEEL, desde que a eventual execução da garantia não comprometa a continuidade da geração de energia elétrica. Já a transferência de outorga ou do controle societário deve ser precedida de anuência prévia.

Os ativos de suas controladas que possuem essas características, são:

	Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021
Concessão	2.476.083	2.502.968
Autorizações	5.052.971	4.743.610
Imóveis destinados a uso futuro	2.099	2.099
Total	7.531.153	7.248.677

13. INTANGÍVEL

	Consolidado				
	31/03/2022				31/12/2021
	Taxas médias anuais de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Extensão de concessão (i)	9,10%	982.856	(105.667)	877.189	898.322
Uso do bem público (UBP) (ii)	3,7%	73.174	(51.575)	21.599	22.121
Direitos contratuais de solares e eólicas (iii)	4,85%	561.743	(39.746)	521.997	527.916
Direito de exploração de autorização (iv)	3,00%	142.983	(3.066)	139.917	140.102
Intangível gerado na combinação de negócios (v)	3,42%	19.073	(3.000)	16.073	16.234
Direitos e projetos em desenvolvimento (vi)	2,90%	63.523	—	63.523	63.523
Software e outros intangíveis	20,00%	129.835	(57.085)	72.750	69.263
Total		1.973.187	(260.139)	1.713.048	1.737.481

(i) Em 31 de dezembro de 2020, a AES Operações reconheceu um intangível, no montante de R\$946.957 em contrapartida à rubrica de Custo dos produtos e serviços vendidos, linha mercado de curto prazo. Posteriormente, em março de 2021, após a CCEE apresentar os cálculos finais, a AES Operações constituiu um novo montante, no valor de R\$35.899, totalizando R\$982.856, o qual está sendo amortizado pelo método linear a partir de 1º de janeiro de 2021 até o final do prazo de concessão, ajustado com a extensão a partir da repactuação.

(ii) O uso do bem público (UBP) compreende o direito de operar como concessionária de uso do bem público na produção e comercialização de energia elétrica, na condição de Produtor Independente de Energia, conforme contrato de concessão assinado em 20 de dezembro de 1999, o qual tem prazo de vigência de 30 anos e foi pago no período de 2000 a 2004, sendo os valores pagos registrados como um ativo intangível relacionado à concessão. A amortização deste ativo é feita pelo método linear durante o prazo de vigência do contrato de concessão.

(iii) Refere-se à aquisição do direito dos contratos de Leilão de Energia de Reserva (LER) e ao direito de autorização de geração do Parque Solar Boa Hora e Guaimbê, além dos complexos eólicos Ventus, complexo São Ricardo, complexo Serra Verde, complexos Eólicos Mandacaru e Salinas, amortizados com base no prazo dos contratos de leilão de energia e no prazo remanescente de autorização. Estes valores foram definidos com base em modelos de avaliação de ativos, considerando

Notas Explicativas

as informações e condições constantes nos contratos de leilão e nos contratos de autorização de geração de energia.

(iv) Corresponde ao direito de exploração de autorização decorrente da aquisição de ativos dos Parques Solares Boa Hora, Guaimbê e Parque Eólico de Santa Tereza, que serão amortizados com base no prazo remanescente de autorização.

(v) Corresponde ao direito de exploração de autorização decorrente de combinação de negócios do Complexo Eólico Alto Sertão II, que será amortizado com base no prazo remanescente de autorização.

(vi) Corresponde ao direito e projetos em desenvolvimento decorrente da aquisição de ativos do Complexo Eólico Tucano, que será amortizado com base no prazo de autorização.

A movimentação do intangível é como segue:

	Consolidado								
	Extensão de concessão	Uso do Bem Público	Direitos contratuais	Direito de exploração de autorização	Intangível gerado na combinação de negócios	Direitos e projetos em desenvolvimento	Software e outros intangíveis		Total
							Em curso	Em serviço	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	898.322	22.121	527.916	140.102	16.234	63.523	39.365	29.898	1.737.481
Adições (i)	—	—	—	—	—	—	—	4.875	4.875
Amortizações	(21.133)	(522)	(5.919)	(185)	(161)	—	—	(1.388)	(29.308)
Saldos em 31 de março de 2022	877.189	21.599	521.997	139.917	16.073	63.523	39.365	33.385	1.713.048

(i) inclui direitos contratuais da AES Operações no montante de R\$1.849, do Complexo Cúbico no montante de R\$14, Tucano Holding I, Tucano Holding II e Tucano F5 nos montantes de R\$1.849, R\$977 e R\$186 respectivamente.

Notas Explicativas

14. FORNECEDORES

Notas	Controladora		Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
CIRCULANTE				
Energia elétrica comprada para revenda (i)	—	—	72.218	188.126
Encargo de uso do sistema de transmissão - TUST	—	—	15.000	14.830
Encargo de uso do Sistema de Distribuição para as geradoras - TUSDg	—	—	4.587	4.748
Subtotal	—	—	91.805	207.704
Materiais e Serviços	84	1.419	115.441	125.450
Materiais e Serviços - partes relacionadas	30 1.485	1.485	2.127	28.178
Total	1.569	2.904	209.373	361.332

(i) A redução em energia elétrica comprada para revenda refere-se ao menor volume e preço de energia comprada, dado a melhora do cenário hidrológico comparado ao exercício anterior.

A controlada direta AES Operações e suas controladas possuem contratadas 45 cartas de fiança, no valor total de R\$22.357 e 55 seguros garantia, no valor de R\$382.212, totalizando uma importância segurada de R\$404.569 (34 cartas de fiança, no valor total de R\$ 15.432 e 57 seguros garantia, no valor de R\$ 387.038, totalizando uma importância segurada de R\$402.470 em 31 de dezembro de 2021), com custo de 0,22% a 1,95% a.a. Estas garantias têm como objetivo principal cumprir exigências de compra de energia elétrica, principalmente no MRE e mercado de curto prazo (SPOT).

15. TRIBUTOS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
CIRCULANTE				
Imposto de renda e contribuição social a pagar				
Imposto de renda	—	—	15.987	34.517
Contribuição social	—	—	6.970	14.091
Total	—	—	22.957	48.608
Outros tributos a pagar				
INSS	550	103	4.321	3.751
PIS e Cofins	189	6	13.875	20.068
ICMS	—	—	4.593	3.246
IRRF	64	—	1.415	6.222
CIDE	—	—	1.428	3.019
Outros	200	133	2.545	4.644
Total	1.003	242	28.177	40.950

As controladas AES Operações, Tietê Eólica, Tietê Integra, Tucano Holding I, II e III, Guaimbê Holding, MS, Nova Energia, Potengi, Santos, Serra Verde I à VII, Tucano F5, Veleiros, Santa Tereza, Santa Tereza 01, 04, 06 à 12, São Ricardo e Ventus são tributadas pelo regime de lucro real. No que se refere à forma de pagamento de imposto de renda e contribuição social, a AES Operações levantou balancete de suspensão no período.

Por sua vez, as controladas indiretas se utilizaram da apuração com base no balancete de redução, sendo que Tucano Holding I, II, e III e Potengi precisaram recolher antecipações, pois as demais apuraram prejuízo fiscal, de modo que não foi necessário efetuar antecipações. A apuração do Imposto de renda e da Contribuição social dos Complexos Ouroeste, Complexo Tucano, Alto Sertão II, Complexo Guaimbê, Complexo Ventus, Complexos Salinas e Mandacaru, Santa Tereza 02, 03, 05, 13 e 14 são realizadas com base na forma de tributação do lucro presumido sob o regime de caixa.

Notas Explicativas

16. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

16.1 Os saldos de debêntures, não conversíveis, empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma:

			Controladora						
			31/03/2022						
			Circulante			Não circulante			Total circulante + não circulante
Vencimento	Taxa Efetiva (i)		Encargos	Custos de transação	Total	Principal	Custos de transação	Total	
Debêntures - 1ª Emissão	2025	CDI + 11,65%	7.996	(2.101)	5.895	1.100.000	(4.989)	1.095.011	1.100.906
Total da dívida			7.996	(2.101)	5.895	1.100.000	(4.989)	1.095.011	1.100.906

			Controladora			
			31/12/2021			
			Circulante			
	Vencimento	Taxa Efetiva (i)	Encargos	Principal	Custos de transação	Total
Emissão de notas promissórias	2022	CDI + 6,20%	264	650.000	(148)	650.116
Total da dívida			264	650.000	(148)	650.116

Notas Explicativas

			Consolidado							
			31/03/2022							
			Circulante				Não Circulante			
Vencim ento	Taxa Efetiva (i)	Encargos	Principal	Custos de transação	Total	Encargos	Principal	Custos de transação	Total	Total circulante + não circulante
MOEDA NACIONAL										
Debêntures										
1ª Emissão - Tucano Holding II	2041	IPCA + 7,28%	—	—	—	8.915	316.462	(14.354)	311.023	311.023
5ª Emissão	2023	IPCA + 7,27%	4.433	118.108	(2.511)	120.030	—	118.108	(2.203)	115.905
6ª Emissão (2ª Série)	2024	IPCA + 6,97%	12.504	—	(3.233)	9.271	—	411.218	(3.094)	408.124
8ª Emissão	2030	IPCA + 7,50%	4.961	18.711	(1.406)	22.266	—	203.882	(6.762)	197.120
9ª Emissão (1ª Série)	2027	CDI + 1,04%	7.819	—	(446)	7.373	—	1.380.000	(1.789)	1.378.211
9ª Emissão (2ª Série)	2029	IPCA + 5,62%	1.700	—	(2.928)	(1.228)	—	774.273	(20.431)	753.842
9ª Emissão (3ª Série)	2029	IPCA + 5,63%	474	—	(817)	(343)	—	216.078	(5.737)	210.341
1ª Emissão (1ª série) - AES Tietê Eólica	2025	IPCA + 8,07%	1.059	23.752	(254)	24.557	—	24.940	(698)	24.242
1ª Emissão (2ª Série) - AES Tietê Eólica	2025	IPCA + 8,16%	1.391	16.650	(217)	17.824	—	45.192	(694)	44.498
Debêntures - 1ª Emissão	2025	CDI + 11,65%	7.996	—	(2.101)	5.895	—	1.100.000	(4.989)	1.095.011
Subtotal			42.337	177.221	(13.913)	205.645	8.915	4.590.153	(60.751)	4.538.317
Empréstimos e Financiamentos										
BNDES - Complexo Ventus (ii)	2029	TJLP + 2,51% a 2,71%	736	26.545	(69)	27.212	—	174.765	(454)	174.311
BNDES - Complexos Eólicos Salinas e Mandacaru	2030	TJLP + 1,66% a 2,45%	621	20.938	(1.624)	19.935	—	155.650	(10.192)	145.458
BNB - Complexos Eólicos Salinas e Mandacaru	2030	2,55% (pré)	2.968	10.142	(1.346)	11.764	—	141.857	(12.733)	129.124
Subtotal			4.325	57.625	(3.039)	58.911	—	472.272	(23.379)	448.893
MOEDA ESTRANGEIRA										
Scotiabank 4131 (1ª série)	2025	USD + 1,63%	—	—	—	—	551.202	—	551.202	551.202
Scotiabank 4131 (2ª série)	2026	USD + 1,78%	—	—	—	—	656.263	—	656.263	656.263
Subtotal			—	—	—	—	1.207.465	—	1.207.465	1.207.465
Total da dívida			46.662	234.846	(16.952)	264.556	8.915	6.269.890	(84.130)	6.194.675

Notas Explicativas

			Consolidado							
			31/12/2021							
			Circulante				Não Circulante			Total circulante + não circulante
Vencimento	Taxa Efetiva (i)		Encargos	Principal	Custos de transação	Total	Principal	Custos de transação	Total	
MOEDA NACIONAL										
Debêntures										
1ª Emissão - Tucano Holding II	2041	IPCA + 7,28%	4.130	—	—	4.130	308.303	(14.610)	293.693	297.823
5ª Emissão	2023	IPCA + 7,27%	697	115.420	(2.771)	113.346	115.420	(1.447)	113.973	227.319
6ª Emissão (2ª Série)	2024	IPCA + 6,97%	5.586	—	(3.103)	2.483	401.860	(2.809)	399.051	401.534
8ª Emissão	2030	IPCA + 7,50%	1.667	18.228	(1.370)	18.525	198.626	(7.097)	191.529	210.054
9ª Emissão (1ª Série)	2027	CDI + 1,04%	32.887	—	(436)	32.451	1.380.001	(1.902)	1.378.099	1.410.550
9ª Emissão (2ª Série)	2029	IPCA + 5,62%	10.271	—	(2.833)	7.438	754.311	(21.194)	733.117	740.555
9ª Emissão (3ª Série)	2029	IPCA + 5,63%	7.916	—	(791)	7.125	210.506	(5.949)	204.557	211.682
1ª Emissão (1ª série) - AES Tietê Eólica	2025	IPCA + 8,07%	166	23.140	(254)	23.052	24.297	(762)	23.535	46.587
1ª Emissão (2ª Série) - AES Tietê Eólica	2025	IPCA + 8,16%	218	16.220	(242)	16.196	44.027	(725)	43.302	59.498
Subtotal			63.538	173.008	(11.800)	224.746	3.437.351	(56.495)	3.380.856	3.605.602
Empréstimos e Financiamentos										
Operações Notas Comerciais	2022	CDI + 6,20%	264	650.000	(148)	650.116	—	—	—	650.116
BNDES - Complexo Ventus (ii)	2029	TJLP + 2,51% a 2,71%	703	26.542	(68)	27.177	181.368	(462)	180.906	208.083
BNDES - Complexos Eólicos Salinas e Mandacaru	2030	TJLP + 1,66% a 2,45%	588	20.935	(1.625)	19.898	160.855	(10.547)	150.308	170.206
BNB - Complexos Eólicos Salinas e Mandacaru	2030	2,55% (pré)	2.013	10.142	(1.346)	10.809	141.857	(13.122)	128.735	139.544
Subtotal			3.568	707.619	(3.187)	708.000	484.080	(24.131)	459.949	1.167.949
MOEDA ESTRANGEIRA										
Scotiabank 4131 (1ª série)	2025	USD + 1,63%	—	—	—	—	657.128	—	657.128	657.128
Scotiabank 4131 (2ª série)	2026	USD + 1,78%	3.636	—	—	3.636	782.206	—	782.206	785.842
Subtotal			3.636	—	—	3.636	1.439.334	—	1.439.334	1.442.970
Total da dívida			70.742	880.627	(14.987)	936.382	5.360.765	(80.626)	5.280.139	6.216.521

(i) A taxa efetiva de juros difere da taxa contratual, pois são considerados os custos de transação incorridos na emissão da dívida.

(ii) Em 26 de novembro de 2021, o BNDES autorizou a assunção da dívida de financiamento dos parques do Complexo Ventus para a AES Operações.

Para o empréstimo em moeda estrangeira, o saldo contábil atualizado considera o principal, juros e custos da transação. Para esta dívida, existe swap, demonstrado na nota explicativa nº 31.1.

Os custos de transação incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado do período pelo prazo da dívida que os originaram, por meio do método do custo amortizado. A utilização do método do custo amortizado resulta no cálculo e apropriação de encargos financeiros com base na taxa efetiva de juros em vez da taxa de juros contratual do instrumento.

16.2 Movimentação das debêntures, empréstimos e financiamentos é como segue:

Notas Explicativas

	Controladora			Consolidado			
	Debêntures	Empréstimos e financiamentos	Total	Debêntures	Empréstimos e financiamentos	Moeda estrangeira	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	—	650.116	650.116	3.605.602	1.167.949	1.442.970	6.216.521
Ingressos	1.100.000	—	1.100.000	1.100.000	—	—	1.100.000
Encargos financeiros	7.996	15.891	23.887	77.979	24.606	5.995	108.580
Variação cambial	—	—	—	—	—	(231.870)	(231.870)
Variação monetária	—	—	—	57.013	67	—	57.080
Pagamento de principal	—	(650.000)	(650.000)	—	(661.870)	—	(661.870)
Pagamento de encargos financeiros	—	(16.156)	(16.156)	(90.263)	(23.850)	(9.630)	(123.743)
Diferimento custos de transação	(7.182)	(455)	(7.637)	(9.525)	(466)	—	(9.991)
Amortização custos de transação	92	604	696	3.156	1.368	—	4.524
Saldos em 31 de março de 2022	1.100.906	—	1.100.906	4.743.962	507.804	1.207.465	6.459.231

16.3 Características dos contratos de debêntures, empréstimos e financiamentos estão descritas a seguir:

Companhia	Descrição	Valor Ingresso	Data Emissão	Taxa Contratual	Pagamento de Juros	Sistema de amortização o do Principal	Montante (i)	Vencimento	Covenants	Finalidade
AES Operações	5ª Emissão Debêntures	180.000	15/12/2016	IPCA + 6,54%	Anual	Anual	235935	Dezembro de 2022 Dezembro de 2023	- Capacidade de endividamento líquido: mede o nível de endividamento líquido em relação ao EBITDA ajustado dos últimos 12 meses - Dívida líquida/EBITDA ajustado: ≤4,5x	Modernizar e/ou recapacitar os equipamentos das usinas.
AES Operações	6ª Emissão Debêntures (2ª série)	317620	15/04/2017	IPCA + 6,78%	Semestrais	Anual	417.395	Abril de 2023 Abril de 2024	- Capacidade de pagamento de juros: mede o EBITDA ajustado sobre despesa financeira dos últimos 12 meses - EBITDA ajustado/despesas financeiras: ≥1,25x	Pré-pagamento da 2ª e 3ª emissão de debêntures e da 2ª série da 4ª emissão de debêntures
AES Operações	8ª Emissão Debêntures	200.000	15/05/2018	IPCA + 6,02%	Semestrais	Semestral	219386	Maio de 2030	Índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD"): calculado a partir da divisão da geração de caixa pelo serviço da dívida calculado ao final de cada período social - ICSD: ≥1,2x	Reembolso e pagamento de despesas relacionadas ao Complexo Boa Hora
AES Operações	9ª Emissão Debêntures (1ª série)	2.200.000	15/03/2019	CDI + 1,00%	Semestrais	Anual	1.385.584	Março de 2026 Março de 2027	Capacidade de endividamento líquido: mede o nível de endividamento líquido em relação ao EBITDA ajustado dos últimos 12 meses - Dívida líquida/EBITDA ajustado: ≤4,5x	Reforço de capital de giro e pré-pagamento da 6ª emissão de debêntures
	9ª Emissão Debêntures (2ª série)			IPCA + 4,71%	Semestrais	Anual	752.614	Março de 2027 Março de 2029	Capacidade de pagamento de juros: mede o EBITDA ajustado sobre despesa financeira dos últimos 12 meses - EBITDA ajustado/despesas financeiras: ≥1,25x	Reembolso e pagamento de despesas relacionadas à construção e implementação dos projetos Guaimbé e AGV
	9ª Emissão Debêntures (3ª série)			IPCA + 4,71%	Anual	Anual	209.998	Março de 2027 Março de 2028 Março de 2029		
AES Operações	Scotiabank 4131 (1ª série)	600.000 USD 116.122	29/12/2020	USD + 1,63%	Trimestral	Dezembro 2024 e Dezembro 2025	551.202	Dezembro de 2025	- Capacidade de pagamento de juros: mede o EBITDA ajustado sobre despesa financeira dos últimos 12 meses - EBITDA ajustado/despesas financeiras: ≥1,25x	Reforço de capital de giro
AES Operações	Scotiabank 4131 (2ª série)	800.000 USD 138.169	31/03/2021	USD + 1,78%	Semestral	Março 2025 e Março 2026	656.263	Março de 2026	- Capacidade de pagamento de juros: mede o EBITDA ajustado sobre despesa financeira dos últimos 12 meses - EBITDA ajustado/despesas financeiras: ≥1,25x	Reforço de capital de giro
AES Operações	BNDES	235.169	03/10/2012	TJLP + 2,51% e 2,71%	Mensal	Mensal	201.523	Outubro de 2029	Capacidade de endividamento líquido: mede o nível de endividamento líquido em relação ao EBITDA ajustado dos últimos 12 meses - Dívida líquida/EBITDA ajustado: ≤4,5x, calculado ao final de cada período social	Financiamento dos parques do Complexo Ventus

Notas Explicativas

AES Tietê Eólica	Debêntures de Infraestrutura	146000	15/12/2014	IPCA + 7,61% aa (1ª série) IPCA + 7,87% aa (2ª série)	Semestral		48.799 62.322	Dezembro de 2025	Índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD"): calculado a partir da divisão da geração de caixa pelo serviço da dívida calculado ao final de cada período social - ICSD: $\geq 1,3x$	Financiamento dos parques de Alto Sertão II
Complexos Eólicos Mandacaru e Salinas	BNDES (MS e Santos)	295.800	16/07/2013 (MS) 14/04/2014 (Santos)	TJLP + 1,66%, 1,76% e 1,88% (MS) TJLP + 2,45% (Santos)	Mensal	Mensal	165.393	Maio, Outubro e Novembro de 2029 (MS) Dezembro de 2030 (Santos)	Índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD"): calculado a partir da divisão da geração de caixa pelo serviço da dívida calculado ao final de cada período social - ICSD: $\geq 1,3x$	Financiamento dos parques dos Complexos Eólicos Mandacaru e Salinas
Complexos Eólicos Mandacaru e Salinas	BNB (MS)	198.500	27/05/2013	2,55% (pré)	Semestral	Semestral	140.888	Maio de 2030, 2031 e 2033	Índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD"): calculado a partir da divisão da geração de caixa pelo serviço da dívida calculado ao final de cada período social - ICSD: $\geq 1,3x$	
Tucano Holding II	1ª Emissão Debêntures de Infraestrutura	300.000	08/10/2021	IPCA + 6,06%	Semestral (a partir 2024)	Semestral (a partir 2024)	311.023	Setembro de 2041	Índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD"): calculado a partir da divisão da geração de caixa pelo serviço da dívida calculado ao final de cada período social - ICSD: $\geq 1,1x$, medição a partir de 2024.	Financiamento do Projeto Eólico Tucano II
Controladora	1ª Emissão Debêntures de Infraestrutura	1.100.000	08/03/2022	CDI + 2,30%	Semestral	No Vencimento da dívida	1.100.906	Março de 2025	N/A	Reembolso e pagamento de despesas relacionadas à construção e implementação da fase 1 e 2 do Parque Eólico Cajuna

- (i) Os saldos devedores corrigidos monetariamente pelo IPCA em uma base diária são incorporados ao saldo de principal da dívida.

Para o período findo em 31 de março de 2022, todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

16.4 Composição de moeda e indexadores do principal e encargos:

	Controladora e Consolidado		Controladora		Consolidado			
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022		31/03/2022		31/12/2021	
	Indexador		R\$	%	R\$	%	R\$	%
Moeda nacional								
CDI (índice do último dia útil do período)	11,75%	9,15%	1.107.996	100,00	2.495.815	38,04	2.063.152	32,69
IPCA (índice acumulado dos últimos 12 meses)	11,13%	10,06%	—	—	2.322.811	35,41	2.261.009	35,82
TJLP (índice do último dia útil do período)	6,08%	5,32%	—	—	379.255	5,78	390.991	6,19
Pré-fixado	-	-	—	—	154.967	2,36	154.012	2,44
Moeda estrangeira								
Dólar (taxa do último dia útil do período)	4,7378	5,5805	—	—	1.207.465	18,41	1.442.970	22,86
Total			1.107.996	100,00	6.560.313	100,00	6.312.134	100,00

16.5 Parcelas relativas ao principal das debêntures e custos de transação, atualmente classificadas no passivo não circulante:

Notas Explicativas

	Controladora			Consolidado					
	Debêntures	Custos de transação	Total	Debêntures	Empréstimos e financiamentos	Moeda estrangeira	Encargos	Custos de transação	Total
2023	—	(1.769)	(1.769)	369.869	44.058	—	—	(14.972)	398.955
2024	—	(2.659)	(2.659)	275.676	59.595	275.601	8.915	(14.057)	605.730
2025	1.100.000	(561)	1.099.439	1.154.788	60.916	767.798	—	(11.867)	1.971.635
2026	—	—	—	728.517	62.240	164.066	—	(10.975)	943.848
2027	—	—	—	1.061.925	63.257	—	—	(9.248)	1.115.934
2028 em diante	—	—	—	999.378	182.206	—	—	(23.011)	1.158.573
	1.100.000	(4.989)	1.095.011	4.590.153	472.272	1.207.465	8.915	(84.130)	6.194.675

17. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

A movimentação do passivo arrendado é como segue:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2021	104.963
Ingressos	11.300
Encargos financeiros	2.197
Pagamento de encargos financeiros	(2.197)
Pagamento de principal	(1.899)
Saldo em 31 de março de 2022	114.364

Os vencimentos futuros do passivo de arrendamento é como segue:

	Consolidado
CIRCULANTE	
2022	935
2023	2.184
Subtotal	3.119
NÃO CIRCULANTE	
2023	1.255
2024	3.742
2025	4.071
2026	4.430
2027	4.820
2028 em diante	92.927
Subtotal	111.245
Total	114.364

18 OBRIGAÇÕES COM BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

18.1 Ativos e passivos atuariais

Notas Explicativas

	Nota	Consolidado	
		31/03/2022	31/12/2021
Valor presente das obrigações atuariais		624.196	621.490
Valor justo dos ativos do plano		(497.619)	(497.619)
Subtotal passivo registrado com previdência privada	30	126.577	123.871
Valor presente das obrigações atuariais		10.301	9.965
Subtotal passivo registrado com programa de incentivo à aposentadoria		10.301	9.965
Total das obrigações com benefícios pós-emprego		136.878	133.836

18.2 Movimentações do passivo registrado

	Nota	Consolidado	
		31/03/2022	31/12/2021
Saldo no início do período		133.836	—
Efeito da incorporação de ações da AES Tietê Energia		—	131.413
Despesa do período com previdência privada	30	2.706	9.005
Despesa do período com Programa de Incentivo à Aposentadoria (PIA)	30	336	1.497
Ajuste de avaliação atuarial (remensurações)		—	(4.004)
Pagamentos de contribuições		—	(4.075)
Saldo no final do período		136.878	133.836

19. PROVISÕES PARA PROCESSOS JUDICIAIS E OUTROS

19.1 Processos com probabilidade de perda classificada como provável

As provisões para processos judiciais e outros e respectivos cauções e depósitos vinculados estão compostos da seguinte forma:

	Consolidado			
	Passivo		Ativo	
	Provisão para processos judiciais e outros		Cauções e depósitos vinculados	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Trabalhista (a)	2.577	2.956	1.024	129
Meio ambiente (b)	2.545	2.579	—	—
Regulatório (c)	58.179	55.629	—	—
Fiscal (d)			—	—
Compensações IRPJ e CSLL (d.1)	6.189	6.143	—	—
PIS/Cofins sobre receitas financeiras (d.2)	17.400	16.933	17.176	16.823
Cível (e)	5.414	5.157	403	82
Total	92.304	89.397	18.603	17.034
Circulante	22.010	22.249		
Não Circulante	70.294	67.148		
Total	92.304	89.397		

As cauções e depósitos vinculados totalizam R\$18.603 em 31 de março de 2022 (R\$17.034 em 31 de dezembro de 2021, de acordo com a classificação de probabilidade de perda do processo ao qual está vinculado, está demonstrado a seguir:

Notas Explicativas

	Consolidado							
	31/03/2022				31/12/2021			
	Processos prováveis	Processos possíveis	Processos remotos	Total	Processos prováveis	Processos possíveis	Processos remotos	Total
Trabalhista	1.024	144	181	1.349	129	142	1.095	1.366
Fiscal	17.176	—	—	17.176	16.823	—	—	16.823
Cível	403	70	—	473	82	58	—	140
Imobiliárias	—	3.470	—	3.470	—	3.766	—	3.766
	18.603	3.684	181	22.468	17.034	3.966	1.095	22.095

A movimentação das provisões para processos judiciais e outros é como segue:

	Consolidado					
	Trabalhista	Meio ambiente	Regulatório	Fiscal	Cível	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	2.956	2.579	55.629	23.076	5.157	89.397
Provisão	—	—	—	107	—	107
Atualização monetária	(16)	—	2.550	406	257	3.197
Reversão de provisão	(120)	(34)	—	—	—	(154)
Pagamentos	(243)	—	—	—	—	(243)
Saldos em 31 de março de 2022	2.577	2.545	58.179	23.589	5.414	92.304

- (a) **Trabalhistas:** Existem 82 processos (77 em 31 de dezembro de 2021) de ações de empregados e ex-empregados próprios e terceirizados pelos quais são pleiteados equiparação salarial, horas extras, adicional de periculosidade entre outros. São considerados como perda provável 17 processos (16 em 31 de dezembro de 2021). Em 31 de março de 2022, o valor provisionado relativo a essas demandas perfaz a quantia de R\$2.577 (R\$2.956 em 31 de dezembro de 2021).

A Administração da controlada direta AES Operações, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que os processos serão finalizados entre 2023 e 2025.

- (b) **Meio ambiente:** Existem 105 processos (105 em 31 de dezembro de 2021) de ações civis públicas sobre supostos danos ambientais ocasionados por ocupações irregulares em áreas de preservação permanente envolvendo a AES Operações no polo passivo. Os consultores jurídicos e a Administração da AES Operações avaliaram a probabilidade de perda como provável para as medidas de recuperação ambiental dentro da área de concessão para 88 demandas (93 em 31 de dezembro de 2021), já que as demais ações tiveram julgamentos favoráveis à AES Operações e possuem recursos pendentes. O valor provisionado relativo a essas demandas perfaz a quantia estimada de R\$2.545 (R\$2.579 em 31 de dezembro de 2021).

A Administração da AES Operações, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que os atuais processos serão finalizados entre 2023 e 2025.

- (c) **Regulatório:** Despacho nº 288: Em 16 de maio de 2002, a ANEEL publicou o Despacho ANEEL nº 288, que introduziu alterações em certas regras de comercialização do então existente Mercado Atacadista de Energia - MAE, e por isso, determinou o refazimento dos números obtidos pelo MAE na data de 13 de março de 2002, os quais reconheciam a controlada direta AES Operações como devedora no mercado de curto prazo. Aplicando-se as diretrizes de tal Despacho, a controlada direta AES Operações teria sua posição alterada no mercado, passando de devedora a credora. Todavia, a RGE Sul (anteriormente AES Sul), principal agente do mercado alcançado pelos efeitos das alterações instituídas pelo Despacho ANEEL nº 288 (pois passou de credora a devedora do mercado), ingressou com ação judicial buscando a anulação do referido despacho, bem como decisão de tutela antecipada para fazer valer as regras do mercado sem os efeitos do Despacho ANEEL nº 288. A tutela antecipada foi deferida à RGE Sul. Assim, a CCEE (sucessora do MAE) elaborou nova liquidação, agora sem os efeitos do Despacho ANEEL nº 288, mediante a qual a controlada direta AES Operações restou devedora do mercado. Em 29 de junho de 2012, a ação

Notas Explicativas

da RGE Sul foi julgada improcedente em 1ª instância. Em decorrência, a RGE Sul interpôs o recurso de apelação. Em 27 de março de 2014, foi proferida decisão de 2ª instância que julgou procedente a ação, determinando a anulação do Despacho ANEEL nº 288. Em face desta decisão, foram apresentados recursos pelos demais agentes do mercado e pela ANEEL. Ainda, a controlada direta AES Operações apresentou embargos infringentes, visando à modificação do mérito da decisão anterior. Em 15 de janeiro de 2016 foi publicada nova decisão de 2ª instância negando os recursos de embargos de declaração opostos pela controlada direta AES Operações, demais agentes de mercado e ANEEL contra a decisão favorável de mérito à RGE Sul. Ainda no Tribunal Regional Federal da 1ª Região as partes requeridas apresentaram recurso de embargos infringentes, visando à modificação do mérito da decisão anterior. Os recursos aguardam julgamento. O montante provisionado atualizado pelo IGPM até 31 de março de 2022 corresponde a R\$58.179 (R\$55.629 em 31 de dezembro de 2021).

A Administração da controlada direta AES Operações, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que este processo será concluído até o final de 2024.

(d) Fiscal:

(d.1) Compensações IRPJ e CSLL: Em 02 de dezembro de 2008, a AES Operações foi intimada pela Receita Federal sobre a não homologação de 4 compensações administrativas realizadas entre os créditos de saldo negativo de IRPJ (2001 e 2002) e os débitos de IRPJ (2003 e 2004) e CSLL (2003). A principal razão do Fisco não homologar as mencionadas compensações é a suposta divergência entre as informações contábeis e fiscais. Os consultores jurídicos e a Administração da AES Operações avaliaram que de um total de R\$136.220 (R\$135.201 em 31 de dezembro de 2021) envolvidos na discussão, R\$6.189 (R\$6.143 em 31 de dezembro de 2021) são considerados como de perda provável, sendo o restante considerado como perda possível. A Administração da AES Operações, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que os atuais processos serão concluídos durante o ano de 2023.

(d.2) A AES Operações discute judicialmente os efeitos do Decreto nº 8.426/2015, que trata da tributação de PIS/COFINS sobre receitas financeiras a partir de 1º de julho de 2015. Enquanto não existia decisão autorizando a não aplicação das novas regras do Decreto, a AES Operações estava obrigada a efetuar o recolhimento dos valores. A AES Operações registrou provisão que, atualizada até 31 de março de 2022, corresponde a R\$17.400 (R\$16.933 em 31 de dezembro de 2021) e efetuou depósitos judiciais no montante atualizado de R\$17.176 (R\$ 16.823 em 31 de dezembro de 2021). Além disso, por se tratar de obrigação legal, a AES Operações efetuou provisão para o referido valor. Em relação ao mérito, em dezembro de 2020, o Supremo Tribunal Federal julgou, em repercussão geral, a tese de forma desfavorável aos contribuintes. Sendo assim, em virtude do julgamento em repercussão geral, este entendimento será aplicado a todos os demais processos que discutem a mesma matéria. A Administração da AES Operações, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que este processo será concluído em 2023.

(e) Cível:

Em 13 de dezembro de 2002, foi apresentada ação judicial em face da AES Operações e da Companhia Energética de São Paulo - CESP, visando o reconhecimento do direito a indenização por danos morais e materiais em decorrência do falecimento do pai da autora por eletrocussão no reservatório de Caconde-SP, ocorrido em 13 de maio de 1984. Em julho de 2009, foi proferida decisão de 1ª instância desfavorável aos interesses das Rés. Em decorrência, foram interpostos recursos de apelação. Em julho de 2013, foi proferida decisão de 2ª instância dando parcial provimento aos recursos, apenas para reduzir os valores relativos a condenação por dano moral. Em maio de 2020, foi iniciada a fase de cumprimento de sentença. No entanto, a CESP apresentou petição nos autos informando que o recurso especial por ela interposto estava pendente de julgamento e, que, portanto, o cumprimento de sentença deveria ser suspenso. Neste sentido, em junho de 2020, foi deferida a liminar pleiteada pela AES Operações para suspender o cumprimento de sentença até decisão final do recurso interposto pela CESP. Em julho de 2021, foi proferida decisão que inadmitiu o recurso da CESP. Em decorrência, em agosto de 2021, a CESP interpôs agravo, o qual encontra-se pendente de julgamento. Nos termos do que determina o protocolo de cisão celebrado quando da privatização, a CESP é exclusivamente responsável por

Notas Explicativas

atos e fatos ocorridos até 31 de março de 1999. Sendo assim, caso seja mantida a decisão desfavorável, eventual desembolso da Companhia, no valor estimado de R\$5.414, atualizado até 31 de março de 2022 (R\$5.157 em 31 de dezembro de 2021), deverá ser objeto de reembolso por parte da CESP.

19.2 Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A controlada direta AES Operações está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos da controlada direta AES Operações e suas controladas. O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível é de:

	Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021
Meio ambiente (a)	Não determinado	Não determinado
Cível (b)	95.732	148.282
Regulatório (c)	58.179	55.629
Fiscal (d)	713.747	705.727
Total	867.658	909.638

A seguir a controlada direta AES Operações apresenta as principais contingências passivas de sua controlada direta AES Operações, considerando o montante mínimo de divulgação de R\$5.000 e relevância do tema.

- (a) Meio ambiente - Recomposição de danos ambientais: Referem-se a 3 ações civis públicas relacionadas à suspensão do processo de licenciamento ambiental da controlada direta AES Operações, bem como sua condenação à recomposição dos supostos danos ambientais decorrentes da inundação dos reservatórios de (a.1) Bariri, (a.2) Barra Bonita e (a.3) Nova Avanhandava, e possuem valor de causa simbólico, motivo pelo qual não é possível, no momento, estimar o valor de um possível desembolso futuro.
- (a.1) Em janeiro de 2007, foi deferida liminar para determinar que a controlada direta AES Operações se abstenha de conceder, a título oneroso ou gratuito, o uso das faixas de terras inseridas em área de preservação permanente. Em agosto de 2007, as partes acordaram pela suspensão do processo, para que a controlada direta AES Operações apresente PACUERA (Plano Ambiental de Conservação de Uso do Entorno do Reservatório Artificial). Em agosto de 2008, a controlada direta AES Operações informou quanto a necessidade de a CETESB apresentar diretrizes (Termo de Referência) para o respectivo PACUERA, tendo sido proferida decisão para suspender o processo até que a CETESB apresente as referidas diretrizes.
- (a.2) Com relação à ação do Reservatório de Barra Bonita, houve decisão em 1ª instância em 13 de junho de 2016, na qual a controlada direta AES Operações foi condenada a recompor os danos ambientais (recuperação de mata ciliar) com base na metragem da legislação ambiental à época do empreendimento (Antigo Código Florestal). Os demais pedidos foram julgados improcedentes (estudo de impacto ambiental, unidade de conservação e indenização). Em 14 de julho de 2016, a controlada direta AES Operações apresentou recurso contra a aplicação do Antigo Código Florestal, visto que os assessores legais da controlada direta AES Operações avaliam como altas as chances de os Tribunais reformarem a decisão para aplicarem a metragem do Novo Código Florestal, de acordo com o plano de reflorestamento apresentado na CETESB pela Companhia. O processo foi então remetido ao Tribunal de Justiça. Em janeiro de 2018, na 1ª Câmara reservada ao Meio Ambiente, foi proferido despacho determinando o retorno dos autos à origem, diante da ausência de intimação do Ministério Público acerca da sentença e atos processuais posteriores. Em março de 2018, os autos foram recebidos na vara de origem e remetidos ao Ministério Público, o qual apresentou a sua manifestação. Em decorrência, a controlada direta AES Operações apresentou a sua manifestação à cota da Procuradoria e o processo será remetido para julgamento; e

Notas Explicativas

- (a.3) Com relação à ação do Reservatório de Nova Avanhandava, após decisão que julgou improcedente a ação em 1ª instância, em outubro de 2009, o Tribunal decidiu por anular a decisão de 1ª instância, determinando a realização de perícia, a fim de verificar se houve dano/impacto ambiental que não estivesse compensado pelo licenciamento ambiental. Após as apresentações dos recursos cabíveis, em julho de 2017, a referida decisão transitou em julgado, razão pela qual o processo retornou para a 1ª instância para a realização de perícia.

Além disso, a controlada direta AES Operações possui 1 ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público contra o Estado de São Paulo, CETESB e a controlada direta AES Operações, com o objetivo de impedir a proliferação de Algas Cianofíceas no Rio Tietê. Da companhia, o Ministério Público requer: (a) plano de contingência para o controle e redução das algas nos reservatórios de Promissão, Ibitinga e Barra Bonita sempre que atingirem níveis que coloquem em risco a saúde humana; (b) monitoramento do Rio Tietê com coletas mensais, informando os resultados à CETESB; (c) reflorestamento de toda a margem dos reservatórios que opera, localizados no Rio Tietê; e (d) pagamento de indenização pelos danos eventualmente considerados irreversíveis causados ao meio ambiente, a serem apurados em liquidação de sentença. Em 03 de setembro de 2018, foi concedida liminar aos pedidos do Ministério Público, a qual determina à controlada direta AES Operações: (i) Estabelecer, em conjunto com o Estado e a CETESB, plano de contingência para o controle e redução das cianobactérias nos reservatórios de Promissão, Ibitinga e Barra Bonita; (ii) Iniciar monitoramento do Rio Tietê, com coletas mensais, devendo informar os resultados à CETESB com a mesma periodicidade e ainda disponibilizar os dados obtidos nesse monitoramento em seu site na internet; e (iii) Apresentar, no prazo máximo de 6 meses, projeto de reflorestamento de toda a mata ciliar dos reservatórios que opera ao longo do Rio Tietê. A controlada direta AES Operações recorreu da decisão liminar, buscando suspender seus efeitos, e em 24 de outubro de 2018, foi publicada decisão favorável à Companhia no tribunal, suspendendo os efeitos da Liminar. Em março de 2019, foi proferida decisão que deu provimento ao recurso apresentado pela controlada direta AES Operações e, conseqüentemente, revogou a liminar que determinava uma série de obrigações para a mesma. Atualmente, aguarda-se julgamento em primeira instância. Tal ação possui valor de causa simbólico, motivo pelo qual não é possível, no momento, estimar o valor de um possível desembolso futuro.

(b) Cível:

- (b.1) Em 13 de março de 2013, foi movida ação judicial contra a controlada direta AES Operações, visando a cobrança de valores supostamente devidos em razão da rescisão de contratos de reflorestamento celebrados entre a Dicrel - Dois Irmãos Comercio e Reflorestamento Ltda e a controlada direta AES Operações, na medida que a Autora entende não ter incorrido nas hipóteses de rescisão unilateral dos contratos e, portanto, ser credora de valores residuais.

Em abril de 2013, a controlada direta AES Operações apresentou contestação. Em virtude de tratar-se de matéria de prova, o juiz de 1ª instância determinou a realização de perícias (ambiental e contábil), com o fim de identificar a veracidade dos fatos alegados na inicial. Atualmente, o processo encontra-se em fase de instrução, aguardando a conclusão de perícia ambiental. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a controlada direta AES Operações terá que desembolsar o valor estimado de aproximadamente R\$12.029, atualizado até 31 de março de 2022 (R\$11.483 em 31 de dezembro de 2021).

- (b.2) Em 19 de novembro de 2018, foi movida ação judicial em face das 15 SPE's relativas ao Complexo Eólico Alto Sertão II, para fins de execução de parcela líquida da sentença arbitral proferida nos autos da "arbitragem A" (vide nota explicativa nº 19.1 (e)). Em suma, o Consórcio MGT objetivava o pagamento do débito exequendo, referente à sentença arbitral proferida, acrescido de multa de 10% e de honorários advocatícios de 10%, em virtude do não pagamento do débito no prazo de 15 dias úteis da efetiva citação. Como as citações não foram efetivamente recebidas pelas 15 SPE's, após o pagamento integral do débito executado, em 30 de abril de 2019, foi apresentada impugnação ao cumprimento de sentença arbitral, com o objetivo de afastar a cobrança dos valores relativos a multa e honorários. Em 24 de junho de 2019, foi proferida sentença de 1º instância que afastou a cobrança dos valores referentes a multa e honorários. Em decorrência, em 25 de setembro de 2019, o Consórcio MGT interpôs recurso de apelação. Em 16

Notas Explicativas

de novembro de 2020, foi proferida decisão de 2ª instância que negou provimento a apelação do MGT. Em decorrência, o MGT opôs embargos de declaração. Em 10 de junho de 2021 foi proferida a decisão que rejeitou os embargos de declaração opostos pelo MGT. Em face dessa decisão foi interposto recurso especial, o qual encontra-se pendente de julgamento. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar o valor estimado de R\$10.086, atualizado até 31 de março de 2022 (R\$9.535 em 31 de dezembro de 2021).

- (b.3) Processo ANEEL: Refere-se ação judicial proposta pelas SPE's do Complexo Eólico Ventus, visando a anulação dos efeitos do Despacho da ANEEL nº 1.388/2014, especificamente em relação ao trecho que estipula, em caráter retroativo, o início da operação comercial e do período de suprimento das Sociedades. Esta alteração retroativa acarretou na recontabilização da energia faturada pelas empresas, entre fevereiro e maio de 2014, no âmbito do respectivo CER, resultando em um saldo no valor de R\$ 73.617, atualizado até 31 de março de 2022 (R\$70.266 em 31 de dezembro de 2021), em favor da CCEE, que equivale à diferença entre o valor da energia previsto no CERs e o valor da energia no PLD à época. Inicialmente foi deferida liminar para suspender os efeitos do despacho em questão. Posteriormente, foi proferida sentença de primeira instância desfavorável aos interesses das SPE's do Complexo Eólico Ventus. Em decorrência, foi interposto o recurso de apelação e requerido o efeito suspensivo ao referido recurso. Foi concedido efeito suspensivo ativo para suspender a parte do referido despacho quanto ao efeito retroativo do início da operação comercial e do período de suprimento das Sociedades. Atualmente, aguarda-se julgamento da apelação. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a responsabilidade pelo pagamento da condenação será da J. Malucelli Energia S.A, conforme estabelecido no contrato de compra e venda.

(c) Regulatório:

- (c.1) Perda no repasse de energia de Itaipu: Trata-se de discussão sobre a obrigatoriedade da controlada direta AES Operações de adquirir a energia de Itaipu na qualidade de quotista cogente. Em 23 de janeiro de 2003, foi obtida liminar assegurando o direito de a controlada direta AES Operações não efetuar a compra de energia elétrica proveniente de Itaipu. Essa liminar foi cassada em 26 de junho de 2003 e restabelecida em 30 de junho de 2003. Em 1 de outubro de 2004, o Superior Tribunal de Justiça suspendeu a liminar. Em 5 de outubro de 2004, a controlada direta AES Operações recorreu da decisão, no qual restou decidido que a suspensão da liminar só valeria para o futuro (os efeitos da tutela antecipada anteriormente concedida foram conservados para o período de janeiro de 2003 a setembro de 2004). Em 17 de agosto de 2007, foi proferida sentença de procedência dos pedidos formulados pela controlada direta AES Operações. Em 17 de outubro de 2007, foi interposta apelação pela Eletrobras e, em 26 de novembro de 2007, foi interposta apelação pela ANEEL. Atualmente a controlada direta AES Operações aguarda julgamento dos recursos de apelação pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Em maio de 2020, suportada por parecer elaborado pelo escritório que patrocina a causa, a controlada direta AES Operações Energia entendeu não ser mais necessária a manutenção da provisão relativa ao caso, em virtude do fato de não ser mais provável o desembolso de caixa dos valores. Dessa forma, em maio de 2020, foi realizada a reversão total da provisão no valor de R\$54.368 (valor maio de 2020), sendo R\$22.573 de principal e R\$31.795 de variação cambial. O processo continua em andamento. Em que pese não existir mais provisão relativa ao caso em questão, em 31 de março de 2022, o montante em discussão totaliza a importância de R\$58.179 (R\$55.629 em 31 de dezembro de 2021).

(d) Fiscal:

- (d.1) Compensações de IRPJ e CSLL: Referem-se às intimações da Receita Federal sobre a não homologação de 4 compensações administrativas de IRPJ e CSLL, conforme mencionado no item (d.1) da nota explicativa nº 19.1 sendo estimado como perda possível R\$130.031 de um total de R\$136.220 (R\$129.058 de um total de R\$135.201 em 31 de dezembro de 2021). Em 19 de abril de 2017, a controlada direta AES Operações foi intimada de decisão de 2ª instância administrativa

Notas Explicativas

desfavorável aos seus interesses. Tal decisão foi proferida em um dos quatro processos administrativos, cujo prognóstico é classificado como possível, em que se discutem as compensações de IRPJ e CSLL, o qual corresponde ao valor atualizado até 31 de março de 2022 em R\$44.933. Em 27 de abril de 2017, a controlada direta AES Operações interpôs recurso especial que será apreciado pela Câmara Superior do CARF. Apesar da decisão desfavorável, o prognóstico de perda permanece classificado como possível. Em 09 de dezembro de 2021, foi proferida decisão parcialmente favorável em Segunda Instância Administrativa. Tal decisão foi proferida em um dos 4 processos administrativos, que discute débitos de IRPJ relativos ao calendário 2003. Assim, do montante total cobrado pelo Fisco (R\$51.359), foi reduzida a importância de R\$ 29.614. Em face desta decisão, ambas as partes podem interpor recurso especial. No tocante às outras duas compensações, aguarda-se decisão dos recursos administrativos apresentados pela controlada direta AES Operações perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF (2ª instância administrativa). Em relação a esses três processos, a Administração da Companhia, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que as fases atuais dos processos serão concluídas durante o ano de 2023.

- (d.2) Auto de infração – ágio (2006 a 2008): Refere-se ao Auto de Infração lavrado emitido pela Receita Federal do Brasil – RFB, visando a cobrança de valores relativos a IRPJ e CSLL, no montante de R\$165.746 atualizado até 31 de março de 2022 (R\$163.922 em 31 de dezembro de 2021). A autuação se deve ao fato de, no exclusivo entendimento da RFB, ter havido uma dedutibilidade indevida nas bases de cálculo de IRPJ e CSLL em função do ágio registrado na incorporação da AES Gás Empreendimentos Ltda e Tietê Participações Ltda. Vale esclarecer que o ágio objeto do questionamento decorreu da expectativa de rentabilidade futura na aquisição da Companhia de Geração Tietê S.A. quando do leilão de privatização do setor elétrico ocorrido em 1998. Em maio de 2013, houve decisão de 1ª instância favorável à controlada direta AES Operações. Em maio de 2016, foi proferida decisão de 2ª instância desfavorável aos interesses da Companhia. Segundo o entendimento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), o aproveitamento do ágio foi considerado ilegítimo e reduzida apenas a multa aplicada no Auto de Infração de 150% para 75%. Em agosto de 2016, a controlada direta AES Operações recebeu intimação relativa à decisão desfavorável proferida pelo CARF. Em virtude de omissões quanto a fundamentação legal da decisão, a controlada direta AES Operações opôs embargos de declaração. Em novembro de 2016, a controlada direta AES Operações recebeu decisão desfavorável, a qual rejeitou os embargos de declaração apresentados. Em face desta decisão, foi interposto Recurso Especial. Em outubro de 2017, foi proferida decisão desfavorável aos interesses da controlada direta AES Operações pela Câmara Superior do CARF. Desta forma, encerraram-se as possibilidades de recursos na esfera administrativa. Em janeiro de 2018, a controlada direta AES Operações ingressou com medida judicial para discutir o débito em questão. Ainda, com o intuito de suspender a exigibilidade do débito, foi apresentado seguro garantia e obtida decisão liminar para garantir a suspensão do débito. Atualmente, aguarda-se o julgamento de mérito em 1ª instância. Em maio de 2018, a controlada direta AES Operações opôs embargos à execução fiscal. Em outubro de 2018, foi proferida decisão de 1ª instância que julgou os embargos à execução extintos sem a análise do mérito. Em decorrência, foi interposto o recurso de apelação. Em 03 de novembro de 2020, foi proferida decisão de 2ª instância que negou provimento ao recurso de apelação interposto pela controlada direta AES Operações em face da decisão que julgou extintos os embargos à execução fiscal sem a análise do mérito. Em decorrência a controlada direta AES Operações opôs embargos de declaração. Em fevereiro de 2021, foi proferida decisão que rejeitou os embargos de declaração opostos pela controlada direta AES Operações. Em decorrência, foram interpostos os recursos especial e extraordinário, os quais encontram-se pendentes de julgamento. Em relação ao mérito e andamento da ação anulatória, aguarda-se o julgamento em 1ª instância. Em que pese o encerramento da esfera administrativa de forma desfavorável, o prognóstico de perda permanece inalterado.

Notas Explicativas

- (d.3) Auto de infração – Refere-se ao Auto de Infração lavrado pela Secretaria da Receita Federal por dedução supostamente indevida, no ano de 2008, dos investimentos realizados em projetos de P&D da base de cálculo de IRPJ/CSLL, bem como a variação monetária passiva decorrente dos investimentos. Em novembro de 2012 foi apresentada defesa pela controlada direta AES Operações, tendo sido proferido julgamento desfavorável aos interesses da controlada direta AES Operações. Em novembro de 2013, foi apresentado recurso voluntário. Em maio de 2016, foi proferida decisão de 2ª instância desfavorável à controlada direta AES Operações. Em decorrência, foram opostos embargos de declaração. Em outubro de 2016, foi proferida decisão desfavorável que rejeitou os embargos de declaração. Em decorrência, foi interposto recurso especial. Em fevereiro de 2022, foi proferida decisão da Câmara Superior do CARF que deu provimento ao Recurso Especial interposto pela Companhia e, consequentemente, cancelou integralmente a autuação. Em decorrência, a Procuradoria opôs embargos de declaração, os quais encontram-se pendentes de julgamento. O valor atualizado até 31 de março de 2022 é de R\$9.914 (R\$9.800 em 31 de dezembro de 2021).
- (d.4) Auto de Infração IRPJ – Refere-se a Auto de Infração lavrado pela Receita Federal para cobrança de IRPJ referente as estimativas mensais de dezembro de 2004 e dezembro de 2007, acrescidos de multa isolada e de ofício. Em novembro de 2009, foi proferida decisão de 1ª instância parcialmente favorável a controlada direta AES Operações, a qual cancelou a cobrança de IRPJ relativa ao ano de 2007 e parcialmente a cobrança relativa ao ano de 2004, além de cancelar parcela da multa aplicada. Em decorrência, além do recurso de ofício (por parte da Fazenda), a controlada direta AES Operações interpôs recurso voluntário. Em abril de 2014, foi proferida decisão de 2ª instância que negou provimento ao recurso de ofício e deu parcial provimento ao recurso voluntário da controlada direta AES Operações. Em face desta decisão, a controlada direta AES Operações interpôs recurso especial para discutir a parcela da decisão que manteve a cobrança de IRPJ relativa ao ano de 2004. Como a Fazenda apresentou recurso especial apenas em face da parcela da decisão que cancelou as multas, tornou-se definitivo o cancelamento da cobrança de IRPJ relativa ao ano de 2007 e parcela do imposto referente ao ano de 2004. Atualmente, aguarda-se o julgamento pelo CARF do recurso especial apresentado pela Fazenda. No tocante ao recurso especial da controlada direta AES Operações, em março de 2018, foi proferida decisão que negou provimento ao recurso. Assim, em virtude do encerramento da discussão na esfera administrativa e com o intuito de continuar discutindo judicialmente a matéria, a controlada direta AES Operações apresentou seguro garantia e, atualmente, aguarda-se o julgamento dos embargos à execução fiscal, em 1ª instância. O valor atualizado do caso para 31 de março de 2022 é de R\$20.977 (R\$20.775 em 31 de dezembro de 2021).
- (d.5) Auto de infração – ágio (2013/2016): Refere-se ao Auto de Infração lavrado emitido pela Receita Federal do Brasil – RFB, visando a cobrança de valores relativos a IRPJ e CSLL, no montante de R\$342.759 atualizado até 31 de março de 2022. A autuação se deve ao fato de, no exclusivo entendimento da RFB, ter havido uma dedutibilidade indevida nas bases de cálculo de IRPJ e CSLL em função do ágio registrado pela controlada direta AES Operações (ocorrida entre 2013 a 2016), em virtude das incorporações realizadas entre 2000 a 2016. Após a análise do auto de infração, foi verificado que a parcela da autuação se refere a amortizações de ágio realizadas pela antiga Companhia Brasileira de Energia. Desta forma, do montante total cobrado no auto de infração R\$342.759, R\$98.702 seriam de responsabilidade da entidade sob controle comum Brasileira Participações, na medida em que estão relacionados a amortizações de ágio realizadas pela antiga Companhia Brasileira de Energia, e R\$244.057 atribuíveis à controlada direta AES Operações. Em relação à parcela de responsabilidade da Brasileira Participações, a controlada direta AES Operações notificou o BNDES e Brasileira Participações para resguardar o direito quanto a eventual indenização, na forma do contrato de indenização firmado com aquela companhia por ocasião do Projeto Baltimore. Em 03 de dezembro de 2019, a controlada direta AES Operações, apresentou impugnação administrativa. Em 06 de outubro de 2020, foi proferida decisão de primeira instância administrativa parcialmente favorável aos interesses da controlada

Notas Explicativas

direta AES Operações. A decisão em questão exonerou o montante de R\$60.310 (atualizados até 31 de outubro de 2020). A controlada direta AES Operações interpôs recurso voluntário em face da parcela que lhe foi desfavorável, o qual encontra-se pendente de julgamento. Caso sobrevenha decisão desfavorável à Companhia, a Brasileira Participações terá que arcar com o pagamento da parcela da autuação relativa ao período de sua responsabilidade. Segundo os assessores legais da controlada direta AES Operações, o prognóstico de perda permanece classificado como possível.

- (d.6) Auto de infração – ágio (2013/2015): Refere-se ao Auto de Infração lavrado emitido pela Receita Federal do Brasil – RFB, visando a cobrança de valores relativos a IRPJ e CSLL, no montante de R\$110.475 atualizado até 31 de março de 2022 (R\$108.480 em 31 de dezembro de 2021). A autuação se deve ao fato de, no exclusivo entendimento da RFB, ter havido uma dedutibilidade indevida nas bases de cálculo de IRPJ e CSLL em função do ágio registrado pela controlada direta AES Operações, ocorrida entre 2013 e 2015, em virtude das incorporações realizadas entre 2000 a 2015. Em 03 de dezembro de 2019, a controlada direta AES Operações, apresentou impugnação administrativa. Em 06 de outubro de 2020, foi proferida decisão de primeira instância administrativa desfavorável aos interesses da controlada direta AES Operações. Em face desta decisão, a controlada direta AES Operações interpôs recurso voluntário, o qual encontra-se pendente de julgamento.
- (d.7) Execução Fiscal – PIS/COFINS (Saldo Remanescente 2007/2010): Execução Fiscal ajuizada para a cobrança de supostos saldos remanescentes de PIS e COFINS relativos ao ano calendário de 2007 a 2010. Os referidos saldos são oriundos de processo administrativo em que a controlada direta AES Operações discutia questões relativas ao regime de tributação de PIS e COFINS, cujo prognóstico era remoto. Neste caso, o processo encerrou-se, no mérito, de forma favorável à controlada direta AES Operações e o sistema da Receita Federal apontou a existência dos referidos saldos remanescentes, em virtude da glosa de créditos supostamente aproveitados de forma indevida. Em fevereiro de 2020, a controlada direta AES Operações opôs embargos à execução fiscal, os quais encontram-se pendentes de julgamento. O valor atualizado do caso para 31 de março de 2022 é de R\$9.172 (R\$9.064 em 31 de dezembro de 2021).
- (d.8) Execução Fiscal Iturama: Refere-se à execução fiscal ajuizada pela Prefeitura de Iturama, a qual objetiva a cobrança de pretensos débitos de Imposto sobre Serviços (“ISS”) sobre serviços realizados na Usina Água Vermelha, localizada no Município de Ouroeste/SP e cobrança de multa diária por não obtenção de alvará de localização e funcionamento no Município de Iturama. Em agosto de 2017, a AES Operações opôs embargos à execução fiscal. Em setembro de 2019, foi proferida decisão de 1ª instância desfavorável aos interesses da AES Operações. Em decorrência, a AES Operações interpôs o recurso de apelação. Em abril de 2022, foi proferida decisão de 2ª instância que deu provimento ao recurso de apelação interposto pela Companhia e, conseqüentemente, anulou a sentença por falta de fundamentação. O Município poderá interpor recurso em face desta decisão. O valor atualizado até 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 5.389 (R\$5.135 em 31 de dezembro de 2021).

Cartas de fiança, seguro garantia e caução

A controlada direta AES Operações e suas controladas possuem cartas de fiança e seguros garantia para processos judiciais, conforme abaixo:

		Consolidado				
		31/03/2022		31/12/2021		
	Quantidade	Valor	Taxa a.a.	Quantidade	Valor	Taxa a.a.
Fiscal	11	199.664	0,17% a 2,80%	10	197.000	0,03%
Cível	2	65.561	0,35% a 1,00%	2	65.561	0,45% a 0,56%
	13	265.225		12	262.561	

Notas Explicativas

20. ENCARGOS SETORIAIS

Os saldos referem-se a encargos setoriais relacionados ao setor de energia, que são definidos e cobrados pela agência reguladora (ANEEL).

	Consolidado	
	31.03.2022	31.12.2021
CIRCULANTE		
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)	11.207	6.265
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	6.193	5.106
Fundo nacional de desenvolvimento científico tecnológico	746	965
Ministério de minas e energia	373	482
Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)	224	290
Taxa de fiscalização ANEEL	1.352	1.318
Subtotal	20.095	14.426
NÃO CIRCULANTE		
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	5.381	6.086
Subtotal	5.381	6.086
Total	25.476	20.512

21. OBRIGAÇÕES DE AQUISIÇÕES

a) A composição das obrigações de aquisições é a seguinte:

CIRCULANTE	Controladora		Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Complexo Eólico Cajuína	—	—	32.366	31.516
Complexo Eólico Tucano	—	—	11.718	10.040
Complexo Eólico São Ricardo	—	—	34.651	34.403
Complexo Eólico Serra Verde	—	—	32.728	31.907
AES Arinos	4.509	4.395	4.509	4.395
Subtotal	4.509	4.395	115.972	112.261
NÃO CIRCULANTE				
	Controladora		Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Complexo Eólico Cajuína	—	—	64.732	63.252
Complexo Eólico Tucano	—	—	—	1.396
Complexo Eólico São Ricardo	—	—	71.343	69.047
Complexo Eólico Serra Verde	—	—	33.006	32.248
Subtotal	—	—	169.081	165.943
Total	4.509	4.395	285.053	278.204

Notas Explicativas

(b) Movimentação das obrigações de aquisições

A movimentação das obrigações de aquisição no período findo em 31 de março de 2022 é como segue:

	Controladora	
	AES Arinos	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	4.395	
Atualização monetária	114	
Saldos em 31 de março de 2022	4.509	

	Consolidado					
	Complexo Eólico Cajúina	Complexo Eólico Tucano	Complexo Eólico São Ricardo		Complexo Eólico Serra Verde	AES Arinos
			São Ricardo	Veleiros		
Saldos em 31 de dezembro de 2021	94.768	11.436	103.450	—	64.155	4.395
Adições (i)	—	—	—	25.350	—	—
Atualização monetária	2.330	282	2.322	222	1.579	114
Cessão de passivos (i)	—	—	(25.350)	—	—	—
Saldos em 31 de março de 2022	97.098	11.718	80.422	25.572	65.734	4.509

(i) O montante de R\$25.350 refere-se à contribuição de ativos e passivos da controlada indireta Tucano Holding I para fins de aumento de capital social à Veleiros Holding.

Notas Explicativas

22. OUTRAS OBRIGAÇÕES

CIRCULANTE	Controladora		Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Participação nos lucros e resultados	—	—	5.039	14.337
Férias	—	—	10.519	9.949
Encargos sociais sobre férias e gratificações	—	—	4.455	3.661
Bônus	780	1.883	942	2.045
Demais Folha de pagamento	—	122	1.591	2.159
Meio ambiente	—	—	2.105	2.143
Passivo de arrendamento	—	—	3.119	2.785
Demais obrigações	760	27	14.701	6.840
Subtotal	1.540	2.032	42.471	43.919

NÃO CIRCULANTE	Controladora		Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Provisões para desmobilização (i)	—	—	99.221	108.302
Meio ambiente	—	—	10.809	10.618
Obrigações especiais	—	—	1.309	1.406
Demais obrigações	5	—	9.153	8.642
Subtotal	5	—	120.492	128.968
Total	1.545	2.032	162.963	172.887

(i) A movimentação da provisão para desmobilização está apresentada a seguir:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2021	108.302
Remensuração (i)	(11.375)
Atualização	2.294
Saldo em 31 de março de 2022	99.221

(i) A AES Operações remensurou a estimativa da provisão e utilizou como base para a taxa de desconto a média da Taxa Selic projetada até o período de desmobilização.

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de março de 2022, o capital subscrito da Companhia é de R\$2.116.001 (R\$2.116.001 reais em 31 de dezembro de 2021), representado em 492.106.495 ações ordinárias, nominativas e escriturais.

A seguir está apresentada a composição acionária em unidades de ações da Companhia:

Notas Explicativas

	31/03/2022		31/12/2021	
	Ordinárias		Ordinárias	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas				
AES Holdings Brasil S.A.	119.838.222	24,35	119.838.222	24,35
AES Holdings Brasil II S.A.	110.012.802	22,36	110.012.802	22,36
BNDESPar	39.554.586	8,04	39.554.586	8,04
Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	30.165.523	6,13	30.165.523	6,13
Outros	192.535.362	39,12	192.535.362	39,12
Total das ações	492.106.495	100,00	492.106.495	100,00

23.1 Reservas, ajuste de avaliação patrimonial e outros resultados abrangentes

	Controladora	
	31/03/2022	31/12/2021
Reservas de capital:		
Efeito da incorporação de ações da AES Tietê Energia	377.602	377.602
Ações e opções de ações outorgadas	727	472
Custo na emissão de ações	(18.230)	(18.230)
Transação de capital sobre compra de ações da AES Brasil Operações S.A.	(38.375)	(38.375)
Subtotal	321.724	321.469
Outros resultados abrangentes:		
Incorporação de ações da AES Tietê Energia	(119.824)	(119.824)
Ajuste de avaliação patrimonial, líquido de impostos	(55.485)	(41.741)
Efeito reflexo sobre remensuração da obrigação com previdência privada	3.534	3.534
Efeito reflexo sobre remensuração da obrigação com PIA	(891)	(891)
Efeito reflexo de hedge de fluxo de caixa de controlada	8.895	5.359
Subtotal	(163.771)	(153.563)
Reservas de lucro:		
Reserva de investimentos	843.696	843.696
Reserva legal	20.801	20.801
Reserva de lucros a realizar	74.671	74.671
Subtotal	939.168	939.168
Total	1.097.121	1.107.074

23.2 Participação de acionistas não controladores

O saldo em 31 de março de 2022 de R\$1.248.540 é composto: (i) pela controlada indireta Guaimbê Holding, sendo o acionista não controlador o Itaú Unibanco S.A., com participação de 23,41% em suas ações preferenciais no montante de R\$1.189.134 e; (ii) pela controlada indireta Potengi, sendo o acionista não controlador a BRF, com participação financeira de 24,00% no montante de R\$59.406.

Notas Explicativas

24. RESULTADO POR AÇÃO

A tabela a seguir apresenta o resultado básico e diluído por ação:

	Controladora
	31/03/2022
Numerador:	
Lucro líquido do período	37.076
Denominador (em milhares de ações):	
Média ponderada do número de ações ordinárias	492.106
Denominador ajustado	
Denominador para lucro básico e diluído por ação	492.106
Denominador para lucro básico e diluído por ação ajustado	492.106
Resultado básico e diluído por ação (R\$ por ação)	0,07534

25. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Consolidado	
	31/03/2022	
	MWh	R\$
Contratos bilaterais	3.349.514	610.376
Mercado de curto prazo		
MRE	211.801	2.974
SPOT	200.292	11.388
Outros	—	3.707
Contratos de energia eólicos	417.654	94.751
Contratos de energia solares	153.990	47.242
Outras receitas	—	1.419
Receita operacional bruta	4.333.251	771.857
PIS e Cofins	—	(64.204)
CFURH	—	(14.379)
ICMS	—	(11.068)
Pesquisa e desenvolvimento	—	(5.386)
Receita operacional líquida	4.333.251	676.820

Notas Explicativas

26. CUSTO DE PRODUÇÃO E OPERAÇÃO DE ENERGIA

	Consolidado	
	31/03/2022	
	MWh	R\$
Custo de produção e operação de energia		
Contratos bilaterais	881.026	(196.320)
Contratos com partes relacionadas		
Mercado de curto prazo		
MRE	140.018	(2.119)
SPOT	994.528	(8.102)
Outros	—	(4.102)
Encargos de uso, transmissão e conexão da rede elétrica	—	(62.563)
Taxa de fiscalização ANEEL	—	(3.699)
Crédito de PIS e Cofins	—	31.732
Subtotal	2.015.572	(245.173)
Custo da operação		
Pessoal e administradores	—	(22.866)
Benefícios pós-emprego	—	(751)
Serviços de terceiros	—	(40.033)
Material	—	(5.157)
Depreciação e amortização	—	(123.362)
Seguros	—	(9.351)
Arrendamentos e aluguéis	—	(735)
Contribuições setoriais	—	(1.155)
Perda na baixa de ativo imobilizado e intangível	—	(735)
Outros custos operacionais	—	(361)
Subtotal	—	(204.506)
Total	2.015.572	(449.679)

27. GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora	Controladora	Consolidado
	31/03/2022	31/03/2021	31/03/2022
Pessoal e administradores	(3.567)	—	(21.686)
Benefícios pós-emprego	8	—	(175)
Serviços de terceiros	(1.078)	(119)	(25.103)
Material	—	—	(1.738)
Depreciação e amortização	—	—	(2.217)
Total	(4.637)	(119)	(50.919)

28. OUTRAS DESPESAS (RECEITAS) OPERACIONAIS

	Controladora	Controladora	Consolidado
	31/03/2022	31/03/2021	31/03/2022
Working capital Complexo Solar Guaimbê Holding	—	—	(727)
Perda na venda de controlada	—	—	(1.200)
Provisão para processos judiciais e outros, líquida	—	—	123
Seguros	(181)	—	(181)
Outros	(209)	119	794
Total	(390)	119	(1.191)

Notas Explicativas

29. RESULTADO FINANCEIRO

		Controladora	Consolidado
	Notas	31/03/2022	31/03/2022
Receitas Financeiras			
Renda de aplicações financeiras		4.909	50.598
Atualização do contas a receber do mercado de curto prazo		—	1.097
Atualização de créditos tributários		—	1.959
Renda de cauções e depósitos judiciais		—	5.522
PIS e COFINS sobre receita financeira		(228)	(2.195)
Outras		—	560
Variações Cambiais:			
Derivativo embutido	10	—	21.237
Marcação a mercado de derivativos		—	3.025
Outras receitas cambiais		—	127
Total		4.681	81.930
Despesas Financeiras			
Encargos de dívidas		(24.588)	(145.316)
Atualização monetária de debêntures, empréstimos e financiamentos	16	—	(57.080)
Juros sobre a obrigação atuarial, líquido dos rendimentos dos ativos		—	(2.880)
Atualização monetária de obrigações por aquisições		—	(6.735)
Juros capitalizados transferidos para o imobilizado/intangível em curso (i)		—	65.881
Juros sobre passivos de arrendamento		—	(2.197)
Atualização monetária de processos judiciais e outros		—	(3.197)
Imposto sobre Imposto sobre operações financeiras - IOF		—	(5.473)
Atualização monetária de ressarcimento	9	—	(12.835)
Outras		(115)	(1.747)
Variações Cambiais:			
Marcação a mercado de derivativos		—	(3.547)
Operações de swap		—	(1.756)
Outros		—	(7)
Total		(24.703)	(176.889)
Total Líquido		(20.022)	(94.959)

(i) Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 13,8% a.a. no período findo em 31 de março de 2022, sobre os ativos qualificáveis.

30. PARTES RELACIONADAS

Com o objetivo de aprimorar e fortalecer a governança corporativa do grupo, a Companhia possui uma política de partes relacionadas, que visa estabelecer e consolidar as diretrizes a serem observadas nas transações com partes relacionadas, resumidas a seguir: (i) evitar situações com potencial conflito de interesses; (ii) assegurar transparência aos acionistas, investidores e ao mercado em geral; e (iii) formalizar o compromisso das empresas em divulgar tais transações em seus relatórios financeiros.

Notas Explicativas

		Controladora		Consolidado	
	Notas	31/3/2022	31/12/2021	31/3/2022	31/12/2021
Ativo					
Contas a Receber					
Complexo Eólico Tucano (i)		—	—	4	—
Subtotal	5	—	—	4	—
Outros ativos					
Bônus estatutários - AES Operações		760	1.659	—	—
Subtotal	10	760	1.659	—	—
Contas a receber - Complexo Eólico Tucano (ii)		—	—	3.537	3.026
Subtotal	10	—	—	3.537	3.026
Total do ativo		760	1.659	3.541	3.026
Passivo					
Materiais e Serviços - Pagamento de despesas para a AES Corp. (iii)		—	—	2.127	26.322
Adiantamentos sobre aquisição de projeto (iv)		1.485	1.485	—	—
Materiais e Serviços - Pagamento de despesas para a controladora AHB		—	—	—	1.856
Subtotal		1.485	1.485	2.127	28.178
Obrigações com entidade de previdência privada					
Obrigações com benefícios pós-emprego (iv)	18	—	—	126.577	123.871
Subtotal		—	—	126.577	123.871
Dividendos a pagar					
Dividendos e Juros sobre o capital próprio a pagar - Acionista não controlador		157	157	1.227	1.227
Total do passivo		1.642	1.642	129.931	153.276

		Consolidado
	Notas	31/3/2022
Resultado		
VIVEST - Obrigações pós-emprego - Plano previdenciário (iv)	18	(3.042)
Big Sky (iii)		(7.839)
Resultado financeiro		
Variação cambial Big Sky (iii)	29	3.025
Total do resultado		(7.856)

As operações com partes relacionadas foram estabelecidas em condições compatíveis com as de mercado.

- (i) Refere-se a rateio de despesas de condomínio capitalizadas em imobilizado em curso, dado que os complexos estão em construção. Todas as despesas referentes do complexo Tucano são centralizadas na Tucano F1 e posteriormente rateados entre as Tucanos F6, F7 e F8.
- (ii) Em 03 de setembro de 2020, a controlada direta AES Operações celebrou um contrato de prestação de serviço e gestão administrativa e operacional de projetos eólicos com a Tucano Holding III, *joint venture* do grupo, onde a AES Operações será responsável pela prestação desse serviço durante um prazo 10 anos, com a possibilidade de renovação por mais 10 anos.
- (iii) Prestação de serviços e soluções relacionados à implementação da estratégia digital (*Digital Transformation*) da AES Brasil, pela AES Big Sky LLC, subsidiária da AES Corp. O contrato possui vigência até dezembro de 2025.
- (iv) Refere-se ao adiantamento de 10% da aquisição da AES Arinos Solar pagos pela AES Operações como adiantamento previsto no SPA.

Notas Explicativas

- (v) A controlada direta AES Operações é parte integrante do Conselho Deliberativo da FUNCESP, possuindo influência significativa na Administração do mesmo. Os detalhes do plano previdenciário estão demonstrados na nota explicativa nº 18.

30.1 Remuneração da alta administração

A remuneração da alta Administração é composta pela Diretoria Estatutária e Conselho de Administração. A remuneração em 31 de março de 2022 é apresentada a seguir:

	Consolidado
	31/03/2022
Benefícios de curto prazo	3.032
Benefícios pós-emprego	100
Outros benefícios de longo prazo	30
Remuneração baseada em ações (i)	186
Total	3.348

(i) Compostos por ações e opções de ações da AES Corp. outorgadas à alta Administração.

31 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

31.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas são como segue:

		Consolidado					
		31/03/2022		31/12/2021			
Notas	Mensuração do valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Categoria	
ATIVO (Circulante e não circulante)							
Caixa e equivalentes de caixa (Numerário disponível)	4	16.450	16.450	9.501	9.501	Custo amortizado	
Caixa e equivalentes de caixa (Operação compromissada)	4	Nível 2	288.895	288.895	647.542	647.542	Valor justo por meio do resultado
Investimentos de curto prazo	4	Nível 2	1.920.063	1.920.063	1.055.269	1.055.269	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes	5		299.197	299.197	364.501	364.501	Custo amortizado
Instrumentos financeiros derivativos (derivativo embutido)	31.1	Nível 2	—	—	3.547	3.547	Valor justo por meio do resultado
Cauções e depósitos vinculados	8		287.008	287.008	247.839	247.839	Custo amortizado
Total			2.811.613	2.811.613	2.328.199	2.328.199	
PASSIVO (Circulante e não circulante)							
Fornecedores	14		209.373	209.373	361.332	361.332	Custo amortizado
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16		5.251.766	4.106.993	4.773.551	4.049.761	Custo amortizado
Empréstimos, financiamentos (moeda estrangeira)	16		1.207.465	1.207.465	1.442.970	1.442.970	Custo amortizado
Passivo de arrendamento	17		114.364	114.364	104.963	104.321	Custo amortizado
Instrumentos financeiros derivativos (moeda estrangeira)	31	Nível 2	262.442	262.442	35.930	35.930	Designado para hedge de fluxo de caixa
Obrigações de aquisições	21		285.053	285.053	278.204	278.204	Custo amortizado
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar			1.227	1.227	1.227	1.227	Custo amortizado
Total			7.331.690	6.186.917	6.998.177	6.273.745	

Durante o período findo em 31 de março de 2022, não houve transferência decorrente de avaliação de valor justo entre os níveis 1 e 2, tampouco nível 3.

Notas Explicativas

Instrumentos derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos mantidos pela Companhia correspondem a operações de proteção de exposição a: (i) risco cambial dos empréstimos captados no exterior por meio de *swaps*, que resultam de posições passivas vinculadas a variação do CDI; e (ii) derivativo embutido de contrato de fornecimento de aerogeradores. O item (i) se qualifica como *hedge accounting* e está classificado como *hedge* de fluxo de caixa, sendo que são contabilizados como ativos financeiros quando o valor for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo. O item (ii) é classificado como valor justo por meio do resultado.

Saldos de instrumentos derivativos em aberto em 31 de março de 2022:

Data do Contrato	Tipo	Indexador Ativo	Indexador Passivo	Instrumento Proteção	Valor Nominal (moeda estrangeira)	Efeito do MTM no Resultado	Efeito do MTM no Patrimônio Líquido
29/12/2020	Cash Flow Hedge	Dólar	CDI	SWAP (i)	116.122	—	(6.289)
31/3/2021	Cash Flow Hedge	Dólar	CDI	SWAP (i)	138.169	—	11.646
Subtotal moeda estrangeira					254.291	—	5.357
09/04/2021 a 01/01/2023	Valor justo por meio do resultado	Euro	Euro	(ii)	72.298	(5.581)	—
07/05/2021 a 03/12/2021	Valor justo por meio do resultado	Dólar	Dólar	(ii)	41.811	2.034	—
Subtotal derivativo embutido					114.109	(3.547)	—
Total					368.400	(3.547)	5.357

(i) A AES Operações contratou operações de derivativo de *swap* de câmbio, no valor *nominal* de US\$116.122 e US\$138.169, em 29 de dezembro de 2020 e em 31 de março de 2021, respectivamente, com valores de referência de R\$600.000 e R\$ 800.000 com o objetivo de se proteger da exposição em dólar devido à emissão dos empréstimos em moeda estrangeira (nota explicativa nº 16.3), captadas nesta mesma data. O primeiro instrumento derivativo trocou o risco de juros fixo de 1.63% + variação cambial por CDI+1,50 a.a., com 50% do vencimento em dezembro de 2024 e 50% em dezembro de 2025. O segundo instrumento trocou o risco de juros fixo de 1.78% + variação cambial por CDI+ 1.48%, com 75% do vencimento em março de 2025 e 25% em março de 2026.

(ii) Em 1º de abril de 2021, a Tucano Holding I assinou com a Nordex Energy Brasil Comércio e Indústria de Equipamentos LTDA (NORDEX) um contrato de fornecimento de aerogeradores. Em função deste contrato possuir valor nominal de USD e EUR, moedas diferentes da moeda local ou da moeda funcional de qualquer das partes substanciais deste contrato, foi identificado um derivativo embutido. Neste sentido, a Companhia reclassificou o saldo da rubrica “Outros resultados abrangentes” para a rubrica de “Despesas financeiras” e reconheceu a marcação a mercado do derivativo embutido não realizado na rubrica “Instrumentos financeiros derivativos” em contrapartida às “Receitas financeiras”, assim como reconheceu a parcela positiva realizada em imobilizado em curso em contrapartida às “Receitas financeiras”. Posteriormente, em 18 de outubro de 2021, um novo contrato foi celebrado para contemplar as demais fases do projeto com os mesmos termos e condições contratuais.

Hedge de Fluxo de Caixa

A parcela altamente eficaz do *hedge* de fluxo de caixa, os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor justo do instrumento são reconhecidos no patrimônio líquido, na rubrica “Outros resultados abrangentes”. A parcela não efetiva do *hedge* é registrada na demonstração do resultado financeiro, juntamente com os juros e variações cambiais da operação.

Para cálculo da efetividade do *hedge*, a Companhia não desassocia a parcela do risco de crédito da contraparte (bancos) uma vez que os contratos dos instrumentos de *hedge* são celebrados com instituições que possuem alta solvência e liquidez e baixo risco de crédito.

Notas Explicativas

Quando um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa vence, é vendido ou extinto; ou quando um *hedge* de fluxo de caixa não mais atende aos critérios da contabilidade de *hedge*, todo o ganho ou perda acumulado diferido e os custos de *hedge* diferidos existentes no patrimônio, são imediatamente reclassificados para o resultado.

Os valores acumulados no patrimônio líquido são reclassificados no período em que o item protegido afetar o resultado, conforme segue: os ganhos ou perdas relacionadas a parcela efetiva dos *swaps* de taxa de juros que protegem os empréstimos a taxa variáveis são reconhecidas na demonstração dos resultados como despesas financeira ao mesmo tempo que as despesas de juros sobre os empréstimos protegidos.

Se a contabilização do *hedge* de fluxo de caixa for descontinuada, o montante que foi acumulado em outros resultados abrangentes deverá permanecer em outros resultados abrangentes acumulados se ainda houver a expectativa de que os fluxos de caixa futuros protegidos por *hedge* ocorram. Caso contrário, o valor será imediatamente reclassificado para o resultado com ajuste de reclassificação. Após descontinuada a contabilização, uma vez ocorrido o fluxo objeto do *hedge*, qualquer montante remanescente em outros resultados abrangentes acumulados deverão ser contabilizados, dependendo da natureza da transação subjacente.

31.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia e suas controladas estão expostas principalmente a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Companhia, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. A estrutura de gerenciamento de riscos, assim como os principais fatores de riscos estão descritos a seguir:

(a.1) Risco de crédito

A exposição máxima ao risco do crédito na data base de 31 de março de 2022 é a seguinte:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa	4	226.736	61.258	305.345	657.043
Investimentos de curto prazo	4	58.661	—	1.920.063	1.055.269
Contas a receber de clientes	5	—	—	299.197	364.501
Cauções e depósitos vinculados	8	—	—	287.008	247.839
Total da exposição		285.397	61.258	2.811.613	2.324.652

(a.2) Risco de gerenciamento de capital

Na tabela abaixo, está demonstrado o índice de alavancagem financeira:

	Nota	Consolidado	
		31/03/2022	31/12/2021
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	6.459.231	6.216.521
Garantias de financiamento	8	(247.866)	(209.378)
Caixa e equivalentes de caixa	4	(305.345)	(657.043)
Investimentos de curto prazo	4	(1.920.063)	(1.055.269)
Dívida líquida		3.985.957	4.294.831
Patrimônio líquido		4.512.481	4.034.236
Índice de alavancagem financeira		88,33%	106,46%

Notas Explicativas

Do endividamento financeiro total consolidado em 31 de março de 2022, 4,10% (15,06% em 31 de dezembro de 2021) era de curto prazo e o prazo médio dos empréstimos, financiamentos e debêntures é de 3,95 anos (4,0 anos em 31 de dezembro de 2021).

Além do endividamento financeiro apresentado acima, a Companhia e suas controladas monitoram sua situação financeira com base em índices financeiros utilizados para fins de *covenants*, conforme nota explicativa nº 16.3.

(a.3) Risco de liquidez

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia e suas controladas. Para a rubrica “Debêntures” e “Passivo de arrendamento” estão sendo considerados os fluxos de caixa projetados. Por se tratar de uma projeção, estes valores diferem dos divulgados na nota explicativa nº 16. As informações refletidas na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total em 31 de março de 2022	Total em 31 de dezembro de 2021
Fornecedores	209.373	—	—	—	—	209.373	361.332
Debêntures	263.490	411.626	1.660.604	2.426.481	1.145.903	5.908.104	3.604.841
Empréstimos e Financiamentos	42.023	204.371	1.763.127	218.660	108.106	2.336.287	2.611.680
Passivo de arrendamento	442	2.677	814	17.063	93.368	114.364	104.963
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	—	1.227	—	—	—	1.227	1.227
Obrigações de aquisições	32.366	83.606	169.081	—	—	285.053	278.204
Total	547.694	703.507	3.593.626	2.662.204	1.347.377	8.854.408	6.962.247

Quando o montante a pagar não é fixado, o montante evidenciado é determinado com referência às condições existentes na data de encerramento do período. Portanto, o CDI e IPCA utilizados nas projeções correspondem aos índices verificados na data de 31 de março de 2022.

(a.4) Riscos de mercado

Os principais riscos de mercado aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas são os seguintes:

Riscos de taxas de juros

A controlada direta AES Operações e suas controladas possuem debêntures, empréstimos e financiamentos remunerados pela variação do DI, IPCA e TJLP, acrescidos de juros contratuais. Consequentemente, está exposta à flutuação destas taxas de juros e índices, impactando suas despesas financeiras. Em 31 de março de 2022, as aplicações financeiras da controlada direta AES Operações e suas controladas foram alocadas em CDBs e fundo de investimentos, rentabilizadas pelo CDI.

Notas Explicativas

O montante de exposição líquida da Companhia e suas controladas aos riscos de taxas de juros na data base de 31 de março de 2022 é:

	Notas	31/03/2022	31/12/2021
Equivalentes de caixa	4	288.895	647.542
Investimentos de curto prazo	4	1.920.063	1.055.266
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	(6.405.346)	(6.158.122)
Total da exposição líquida		(4.196.388)	(4.455.314)

Os montantes de debêntures apresentados na tabela acima referem-se somente às dívidas indexadas ao CDI e IPCA e não contemplam os saldos de custos de transação. Adicionalmente, o caixa não está sendo considerado como saldo da exposição, visto que não há risco de oscilação devido a mudanças nas taxas de juro de mercado.

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos e nas dívidas aos quais a controlada direta AES Operações e suas controladas estão expostas na data base de 31 de março de 2022, foram definidos 05 cenários diferentes para risco de taxa de juros e moeda estrangeira.

Para cada cenário foi calculada a receita e despesa financeira bruta, que representa o efeito esperado no resultado e/ou patrimônio líquido para um ano em cada cenário projetado, não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado. A data base utilizada da carteira foi 31 de março de 2022, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Risco de taxa de juros

Com base nos dados disponíveis na CETIP e FGV, foi extraída a projeção dos indexadores CDI e IPCA para um ano e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50% das aplicações financeiras e debêntures.

Notas Explicativas

			Projeção Receitas Financeiras - 01 ano				
Aplicações financeiras	Risco	Posição em 31/03/2022	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			6,39%	9,59%	12,78%	15,98%	19,17%
Equivalentes de caixa (i)	CDI	288.895	18.460	27.705	36.921	46.165	55.381
Investimentos de curto prazo	CDI	1.920.063	122.692	184.134	245.384	306.826	368.076
Impacto no resultado			141.152	211.839	282.305	352.991	423.457
			Projeção Despesas Financeiras - 01 ano				
Ressarcimento	Risco	Posição em 31/03/2022	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
IPCA			2,68%	4,01%	5,35%	6,69%	8,03%
Ressarcimento - ativo	IPCA	33.883	908	1.359	1.813	2.267	2.721
Ressarcimento - passivo	IPCA	(351.693)	(9.425)	(14.103)	(18.816)	(23.528)	(28.241)
Impacto no resultado			(8.517)	(12.744)	(17.003)	(21.261)	(25.520)
			Projeção Despesas Financeiras - 01 ano				
Dívidas	Risco	Posição em 31/03/2022	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			6,39%	9,59%	12,78%	15,98%	19,17%
9ª Emissão de Debêntures (1ª Série)	CDI	(1.387.819)	(103.447)	(148.301)	(193.015)	(237.869)	(282.584)
Scotiabank 4131	CDI	(1.207.465)	(96.426)	(135.645)	(174.741)	(213.959)	(253.055)
Debêntures - 1ª Emissão	CDI	(1.107.996)	(88.483)	(124.471)	(160.346)	(196.334)	(232.209)
Impacto no resultado			(288.356)	(408.417)	(528.102)	(648.162)	(767.848)
IPCA			2,68%	4,02%	5,35%	6,69%	8,03%
1ª Emissão - Tucano Holding II	IPCA	(325.377)	(28.173)	(32.637)	(37.134)	(41.632)	(46.129)
1ª Emissão (1ª série) - AES Tietê Eólica	IPCA	(49.751)	(5.221)	(5.933)	(6.650)	(7.368)	(8.085)
1ª Emissão (2ª Série) - AES Tietê Eólica	IPCA	(63.233)	(6.804)	(7.712)	(8.626)	(9.540)	(10.454)
5ª Emissão de Debêntures	IPCA	(240.649)	(22.610)	(26.020)	(29.455)	(32.891)	(36.326)
6ª Emissão de Debêntures (2ª Série)	IPCA	(423.722)	(40.854)	(46.872)	(52.934)	(58.997)	(65.060)
8ª Emissão de Debêntures	IPCA	(227.554)	(20.164)	(23.373)	(26.606)	(29.839)	(33.071)
9ª Emissão de Debêntures (2ª Série)	IPCA	(775.973)	(58.324)	(69.130)	(80.018)	(90.906)	(101.794)
9ª Emissão de Debêntures (3ª Série)	IPCA	(216.552)	(16.277)	(19.292)	(22.331)	(25.369)	(28.408)
Impacto no resultado			(198.427)	(230.969)	(263.754)	(296.542)	(329.327)
TJLP			3,02%	4,53%	6,04%	7,55%	9,06%
BNDES	TJLP	(379.255)	(20.284)	(26.140)	(31.997)	(37.852)	(43.708)
Impacto no resultado			(20.284)	(26.140)	(31.997)	(37.852)	(43.708)
Total da exposição líquida			(507.067)	(665.526)	(823.853)	(982.556)	(1.140.883)

(i) O caixa não está sendo considerado na análise de sensibilidade, visto que não há exposição a riscos de mercado.

32. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA

Notas Explicativas

As principais transações que não impactaram caixa e equivalentes de caixa consolidado foram as seguintes:

	Consolidado
	31.03.2022
Compensações de PIS e COFINS	1.870
Compensações de IRPJ e CSLL	8.200
Total	10.070

A Companhia e suas controladas classificam os juros pagos e recebidos como atividade operacional (juros de dívidas e aplicações financeiras, dentre outros), com exceção aos juros pagos que são capitalizados como parte do custo de construção da infraestrutura, os quais são classificados como desembolso de caixa, nas atividades de investimento (adição de ativo imobilizado e intangível). A seguir é demonstrada a conciliação dos pagamentos de juros alocados por atividade nas demonstrações dos fluxos de caixa:

	Consolidado
	31.03.2022
Pagamento de juros apresentado nas atividades operacionais	(57.862)
Pagamento de juros apresentado nas atividades de investimento (juros capitalizados)	65.881
Total de pagamento de juros	8.019

As principais transações que não impactaram caixa e equivalentes de caixa da Companhia da atividade de investimento foram as seguintes:

	Consolidado
	31/03/2022
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	11.797
Total	11.797

A conciliação entre o passivo decorrente da atividade de financiamento e o fluxo de caixa é conforme a seguir:

Nota	Controladora			Consolidado		
	Empréstimos, financiamentos e debêntures	Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	Total	Empréstimos, financiamentos e debêntures	Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	650.116	157	650.273	6.216.521	1.227	6.217.748
- Itens que afetam o fluxo de caixa						
Ingressos	1.100.000	—	1.100.000	1.100.000	—	1.100.000
Pagamentos de principal	(650.000)	—	(650.000)	(661.870)	—	(661.870)
Diferimento custos de transação	(7.637)	—	(7.637)	(9.991)	—	(9.991)
Pagamento de encargos financeiros (i)	(16.156)	—	(16.156)	(123.743)	—	(123.743)
Juros capitalizados	29	—	—	—	—	—
- Itens que não afetam o fluxo de caixa						
Encargos de dívida	24.583	—	24.583	113.104	—	113.104
Variação cambial	—	—	—	(174.790)	—	(174.790)
Saldos em 31 de março de 2022	1.100.906	157	1.101.063	6.459.231	1.227	6.460.458

(i) Os encargos financeiros pagos são classificados como fluxos de caixa das atividades operacionais.

Notas Explicativas

33. COMPROMISSOS

Em 7 de março de 2022, as controladas indiretas do Complexo Eólico Tucano celebraram um Contrato de Operação e Manutenção (“O&M”) para serviços relacionados a 27 Geradores de Turbina Eólica.

Em 31 de março de 2022, o impacto desse compromisso contratual para a Companhia e suas controladas, não reconhecido nas informações contábeis intermediárias é demonstrado abaixo:

	Consolidado							
	2022	2023	2024	2025	2026	2027 em diante	Total em 31 de março de 2022	Total em 31 de dezembro de 2021
Modernização e manutenção de usinas	327.408	77.852	23.426	11.933	8.557	128.665	577.841	412.743

A Companhia deixou de apresentar a nota explicativa completa, pois os demais compromissos não sofreram alteração. Conforme destacado na nota explicativa nº 3.1 a leitura das informações contábeis intermediárias deve ser feita em conjunto com as demonstrações contábeis anuais de 31 de dezembro de 2021, publicadas em 28 de fevereiro de 2022.

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Ao Conselho de Administração e Acionistas da
AES Brasil Energia S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, da AES Brasil Energia S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR), referente ao trimestre findo em 31 de março de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com a NBC TG 21 - Demonstração Intermediária e pela elaboração das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com a NBC TG 21 e norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

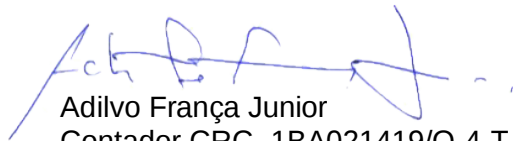
Auditoria e revisão dos valores correspondentes

Os balanços patrimoniais individuais e consolidados correspondentes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentados para fins de comparação, foram auditados por outro auditor independente que emitiu relatório, em 28 de fevereiro de 2022, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Adicionalmente, as demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixas e do valor adicionado (DVA) para o período de três meses findo em 31 de março de 2021, apresentadas para fins de comparação, foram revisadas por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 04 de maio de 2021, sem modificação.

São Paulo, 05 de maio de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP034519/O-6



Adilvo França Junior
Contador CRC- 1BA021419/O-4-T-SP

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os Diretores da AES Brasil Energia S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 37.663.076/0001-07, com sede na Avenida das Nações Unidas, 12.495, 12º andar, Condomínio Centro Empresarial Berrini, Brooklin Paulista, São Paulo, SP, Brasil, nos termos e para os fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no Relatório de Revisão dos Auditores Independentes da Companhia, EY Auditores Independentes, bem como que reviram, discutiram e concordam com as Informações Contábeis intermediárias da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de março de 2022.

São Paulo, 04 de maio de 2022.

Diretores:

Alessandro Gregori Filho
Vice Presidente de Finanças e RI

Carlos Renato Xavier Pompermaier
Diretor Vice-Presidente

Rogério Pereira Jorge
Diretor Vice-Presidente

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Os Diretores da AES Brasil Energia S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 37.663.076/0001-07, com sede na Avenida das Nações Unidas, 12.495, 12º andar, Condomínio Centro Empresarial Berrini, Brooklin Paulista, São Paulo, SP, Brasil, nos termos e para os fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no Relatório de Revisão dos Auditores Independentes da Companhia, EY Auditores Independentes, bem como que reviram, discutiram e concordam com as Informações Contábeis intermediárias da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de março de 2022.

São Paulo, 04 de maio de 2022.

Diretores:

Clarissa Della Nina Sadock Accorsi
Diretora-Presidente

Carlos Renato Xavier Pompermaier
Diretor Vice-Presidente

Rogério Pereira Jorge
Diretor Vice-Presidente